



Arte: Italo Mendonça

Especial
Único plano diretor de transportes completa 30 anos com propostas que não saíram do papel

página 11

Política
Implantação da nova subestação da Celesc gera polêmica

página 5



DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

ZERO

FLORIANÓPOLIS, NOVEMBRO DE 2008 - CURSO DE JORNALISMO ANO XXVI, NÚMERO 2

Construtoras de Florianópolis lucram mais de meio milhão com lei de incentivo à arte

Artista recebe R\$ 10 mil para instalar uma obra e empresa fatura 60 vezes mais em cima do seu trabalho

De acordo com a lei municipal 3255/89, os prédios projetados com obra de arte podem construir até 2% além da área má-

xima permitida pelo plano diretor municipal. Neste acréscimo, as construtoras faturam em cima do trabalho do artista que recebe

menos de 10% do lucro. A proposta original era obrigar as empresas a instalar uma obra nos prédios com área superior

a mil metros quadrados. Artistas consideram o lucro sobre suas obras "um crime".

página 7

Entrevista

Juliana Sakae



"Compra do AN tem que ser desfeita"

O procurador da república, Celso Tres, pretende mover ação contra o monopólio da RBS e exige a devolução do jornal *A Notícia* e emissoras televisivas regionais.

página 3

Esporte

Fiscalização interdita seis academias durante campanha no estado

página 15

Italo Mendonça



SAÚDE

Sangue em falta

Após a campanha nacional de vacinação contra a rubéola, os bancos de sangue do país diminuíram em até 50% seus estoques. Os vacinados, entre 20 e 39 anos, representam 80% dos doadores e não puderam doar sangue por trinta dias. Em alguns locais, a imunização foi realizada até o dia 30 de setembro. A partir deste mês, todos podem voltar a doar normalmente. Conheça o processo de doação de sangue, medula e plaquetas.

páginas 8 e 9

O UNIVERSITÁRIO e o ônibus



Tente colocar 6 pessoas em um metro quadrado. Assim é medida a capacidade de passageiros em pé nos ônibus de Florianópolis

- O decreto 2008/03, assinado pela então prefeita de Florianópolis Ângela Amin, permite às empresas de transporte deixar até 6 pessoas sem assento por metro quadrado do ônibus.

- São 36 passageiros em pé no ônibus comum e 74 no ônibus sanfonado.

- Para levar mais de 1.000 alunos do centro à UFSC pela manhã (das 7h às 8h), a empresa de transporte Transol disponibiliza apenas 8 ônibus em 14 viagens.

- Em horários de pico, o ônibus pode levar até 30 minutos para ir da UFSC ao TICEN, uma distância de pouco mais de 9 quilômetros que, em condições normais, pode ser feita em 15 minutos

- Nos dias úteis, o UFSC Semidireto transporta 7.189 passageiros ao custo de R\$0,99 (tarifa para estudante).

- Um aluno que pega ônibus diariamente pode gastar até R\$1980 até o fim da faculdade.

- Com o transporte integrado, os estudantes que moram no continente perdem até 15 minutos para trocar de ônibus, podendo levar até 1h10 para chegar à UFSC.

- Os ônibus diretos (Jardim Atlântico-UFSC, Abraão-UFSC e Capoeiras-UFSC) diminuem o tempo em até 50%, mas cada um atende em apenas um horário por entrada e saída das aulas.

EDITORIAL

Planejamento supérfluo

Desrespeitar o Plano Diretor já é hábito em Florianópolis. O documento, apelidado de "Estatuto da Cidade", é previsto na Constituição Federal: todo município com mais de vinte mil habitantes é obrigado a criar diretrizes de planejamento urbano em forma de lei. A ilha, que mal agüenta seus 400 mil habitantes, possui normas para burlar o planejamento feito em 1997.

Um exemplo é a lei municipal de incentivo à arte. Constrói-se um prédio com uma obra artística pós-moderna na frente, à vista dos transeuntes, e se pode ultrapassar 2% da área máxima construída permitida pelo Plano. A lei é aplicada principalmente nos prédios da Avenida Beira-Mar Norte, onde as construções aumentam de tamanho em cima de um aterro – basicamente areia – e as construtoras lucram até 60 vezes mais que o valor investido nas obras de arte.

As diretrizes municipais são organizadas por pequenas áreas, especificadas no zoneamento do Plano Diretor. Nele, se define que tipo de edificação é permitido no local e, por exemplo, quantos andares se pode construir. O instrumento utilizado para organizar o crescimento urbano é, porém, constantemente alterado por leis complementares. A 100/2002 alterou o zoneamento do Centro de Florianópolis, em 2002, para permitir a construção de uma subestação de energia na rua Ângelo Laporta, uma área residencial.

Para quê o Plano Diretor se novas leis permitem burlar o planejamento urbano?

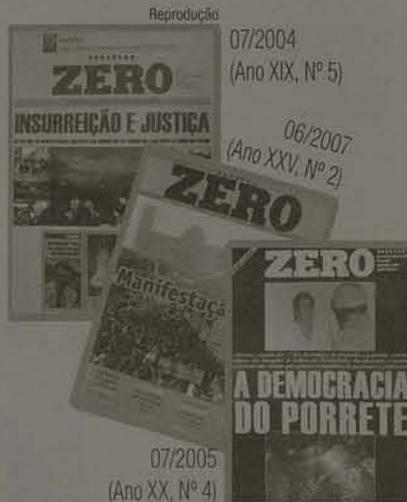
Com o protesto dos moradores, a subestação será construída ao lado da casa do governador. Mais uma vez, o zoneamento – dessa vez do bairro Agrônômica – teve de ser alterado.

Além das leis complementares, se pode modificar o Plano através de emendas. O Plano Diretor prevê a possibilidade de construir mais do que o estabelecido caso a empresa faça melhorias no espaço público. A emenda, aprovada em 2006, permite que esse direito seja vendido a outra construtora – o que é inconstitucional. Neste caso, o Ministério Público de SC conseguiu uma liminar no Tribunal da Justiça que anulou o efeito.

A cidade está, neste momento, elaborando o Plano Diretor Participativo que deve ser votado – e aprovado – até junho de 2009. Pergunta-se, porém, para quê um documento normativo se existem possibilidades de ultrapassar limites impostos ou alterar o zoneamento em função de interesse econômico. Permite-se a construção de um shopping em uma ex-área de preservação permanente, um campo de golfe em cima do maior aquífero da ilha e o aumento da área de prédios em áreas aterradas. "Quando decidimos fazer algo, precisamos planejar para tudo sair perfeito", diz a Cartilha do Plano Diretor Participativo, elaborado pelo IPUE Agora, basta esperar quantas leis complementares e emendas serão aprovadas para alcançar a perfeição.

ZERO NO TEMPO

Revoltas da catraca



Não é a primeira nem será a última vez que o ZERO fala sobre as condições do transporte em Florianópolis. Os alunos de Jornalismo da UFSC cobriram todas as manifestações estudantis contra o aumento da tarifa, as chamadas Revoltas da Catraca.

A primeira, em 27 de junho de 2004, assegurou por seis meses o valor da tarifa sem o reajuste previsto de 15,6%. O aumento foi feito em duas parcelas: uma no período de recesso escolar pela prefeita Ângela Amin (6,8%), e outra em maio de 2005, por Dário Berger (8,8%). Os estudantes voltam às ruas e mais de 20 são presos. Após 17 dias de manifestação, o aumento é revogado e os empresários reclamam uma tarifa justa: R\$2,40. Hoje, o valor cobrado em dinheiro é R\$2,50.

CHARGE



Sobre o chargista

Edison Patto Pinho Junior tem 19 anos e cursa a 4ª fase do curso de Design da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Para entrar em contato com o autor, escreva para xscarylegendx@hotmail.com.

Para os chargistas

Se você quer ter sua charge publicada no ZERO, envie o arquivo com seu nome e contato para zero@cce.ufsc.br.

Errata

O nome correto do volante utilizado nas corridas virtuais é *force feedback*. Na matéria "Automobilismo na tela do computador", publicado na última edição, estava escrito *forceback*.

ZERO

JORNAL LABORATÓRIO ZERO
Ano XXVI - Nº 2 - Novembro de 2008
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Fechamento: 5 de novembro

Curso de Jornalismo - CCE - UFSC - Trindade
Florianópolis - CEP 88040-900
Tel.: (48)3721-6599/ 3721-9490
Site: www.zero.ufsc.br
E-mail: zero@cce.ufsc.br

REDAÇÃO Bárbara Dal Fabbro, Carolina Moura, Celso Rondon Filho, Cora Ribeiro, Daniela Cucolicchio, Esther da Veiga, Felipe Santana, Janaina Cavalli, Juliana Sakae, Márcio Barcellos, Marina Veshagem, Matheus Joffre, Rafaela Mattevi, Thiago Bora
EDIÇÃO Capa e Opinião Juliana Sakae
Entrevista Rafaela Mattevi
Economia e Política Marina Ferraz
C&T e Cultura Luisa Frey
Especial Fernanda Dutra
Saúde e Esporte Adriana Seguro
Educação Iana Dias
Contracapa Laura Daudén
FOTOGRAFIA Carolina Moura, Daniela Cucolicchio, Italo Mendonça, Juliana Sakae, Laura Daudén, Thiago Bora
EDITORAÇÃO Adriana Seguro, Bárbara Dal Fabbro, Bibiana Beck, Carolina Moura, Celso Rondon Filho, Cora Ribeiro, Daliana Meller, Daniela Cucolicchio, Felipe Santana, Fernanda Dutra, Iana Dias, Italo Mendonça, Juliana Sakae, Luis Felipe Costa, Luisa Frey, Marcelo Andregueti, Marina Veshagem, Marina Ferraz, Matheus Joffre, Paulo Rocha, Risa Stoider, Samuel Carvalho, Sheila Marangoni, Thiago Bora
INFOGRAFIA Italo Mendonça
PROFESSOR-COORDENADOR Tattiana Teixeira DRT-BA 1766
COORDENAÇÃO GRÁFICA Lucio Baggio DRT-SC 01084 JP
MONITORIA Amanda Busato e Annelize Conti
IMPRESSÃO Grafnorte
CIRCULAÇÃO Nacional
DISTRIBUIÇÃO Gratuita
TIRAGEM 5.000 exemplares

Melhor Peça Gráfica I, II, III, IV, V e XI Set Universitário / PUC-RS (1988, 89, 90, 91, 92 e 98)
Melhor Jornal-Laboratório no I Prêmio Foca Sindicato dos Jornalistas de SC-2000
3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil EXPOCOM 1994

Fotos: Juliana Sakae



“É a RBS que governa o estado”

Celso Tres, procurador do Ministério Público Federal em Tubarão (SC), vai enfrentar o oligopólio da RBS. Em conjunto com outros procuradores no estado, garante ingressar, ainda neste ano, com uma Ação Civil Pública contra o maior grupo de comunicação social do Sul do país. Tres é membro do MPF desde 1997 e já trabalhou no RS, PR, DF e AP. Em sua carreira, atuou em casos polêmicos, como no da violação do painel eletrônico do Senado e da CPI dos Bingos.

Zero - Desde 2006 o MP fala em processar a RBS pela compra do *A Notícia*. Isso vai acontecer?

Sim, a ação está sendo instruída há dois anos, por meio de um Inquérito Civil Público (ICP), porque é bem complexa. Também participam vários procuradores no estado. A RBS tem uma posição totalmente dominante. No RS e em SC, são 18 emissoras de televisão, dezenas de estações de rádio, uma dezena de jornais. E a culminância disso foi quando a RBS comprou o jornal *A Notícia*, o que a tornou dona de todos os jornais de expressão dos dois estados.

Então, o que nós vamos discutir é essa questão do oligopólio à luz inclusive da lei que regula a ordem econômica, não é nem a lei da mídia propriamente dita. É tão grotesco isso, que nem essa lei que regula a atividade de economia em geral permite o oligopólio — obviamente, é muito menos lesivo numa sociedade você ter um oligopólio de chocolate, pasta de dente, do que ter oligopólio da mídia. Falo oligopólio, porque monopólio seria a exclusividade absoluta; mas a RBS tem posição quase totalitária.

A tendência da economia é a concentração, por isso, certas compras de empresas têm que ser analisadas. Esse caso da RBS é um escândalo, ela governa o estado.

Como o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a compra do *AN*? O CADE é réu na ação porque aprovou isso.

O que vai ser requerido, especificamente, na ação contra a RBS?

Em linhas gerais, o que o MP demanda: primeiro, que a compra do *AN* seja desfeita, eles vão ter que devolver o jornal para o antigo dono ou vender pra terceiros; segundo, que seja cumprida a lei que diz que eles só podem ter no máximo duas emissoras no estado, ou seja, que acabe essa farsa que é de ser tudo da mesma família; e terceiro, o que eu acho mais importante, a implementação da programação local. A Constituição Federal determinou que é obrigatória a programação local. Só que em 20 anos nunca se adequou à lei. Então o MP está querendo que a Justiça arbitre um percentual — 30% de programação local no âmbito do estado e 15% em cada região, no mínimo.

São inúmeros réus: todas as pessoas físicas da RBS, cada “emissora”, o CADE; a União, por causa do Ministério das Comunicações (MC). E o MP pede para que a Justiça estabeleça uma multa por violação a um direito difuso, em razão da omissão do poder público. A gente vai entrar com a ação nos próximos meses e a sentença em primeiro grau deve sair em um ano.

O que foi feito no inquérito?

O ICP não é um processo judicial, não tem contraditório, ou seja, quem é investigado não tem direito de resposta. Mesmo assim, o MP abriu para a RBS se manifestar e inclusive eles vieram com o mesmo discurso do Ministério da Comunicação. Eles [a RBS e o MC] se comunicaram, é uma piada. A mesma pessoa que redigiu a resposta do Ministério redigiu a da RBS, é uma coisa vergonhosa. O mesmo discurso: “Não, porque a lei diz que é a mesma pessoa física só que no caso não é”. É chamar o legislador de imbecil.

Quando a lei diz que tu não podes ser titular de mais de dois veículos, qual é o objetivo dela? É evitar concentração. Se é da mesma família, se tem a mesma programação, está concentrado, é evidente. É uma fraude clara ao objetivo da lei. Não teria sentido proibir que alguém seja proprietário de mais de dois meios de comunicação e permitir que esse meio de comunicação transmita a mesma programação, tenha a mesma linha editorial, etc. É a mesma coisa que nada.

Então o problema do oligopólio é a fiscalização?

A nossa legislação é desacetada, porque o uso da radiodifusão sempre foi um benefício político. Essa relação do poder público está tão viciada, que o MC não faz absolutamente nada para reprimir esses ilícitos e o caso da RBS é muito claro.

Em cada estado, um titular só pode ter no máximo duas emissoras — emissoras, não retransmissoras. Este é outro vício: as emissoras têm outorgas de emissão, ou seja, elas deveriam produzir programação, mas não produzem ou fazem uma programação local ínfima, como é o caso da RBS. Existem várias “emissoras”, em Florianópolis, Criciúma, Lages, Xanxerê, Blumenau, Joinville. Mas elas só produzem um noticiário local.

A radiodifusão — emissora de rádio e TV — deve es-

tar em nome de pessoa física, não de pessoa jurídica, e cada pessoa só pode ter duas por estado. Daí o que eles fazem é colocar em nome de pessoas da família. E isso tudo está demonstrado claramente na ação. Inclusive a questão da retransmissão.

E isso não é contrato simulado, colocar tudo no nome da família inteira?

Essa questão da titularidade é uma questão criminal, porque é uma falsidade ideológica. Isso a gente vai verificar mais tarde. O objetivo, agora, é mudar a realidade. O MC diz que não controla isso, porque a RBS está em nome de terceiros. É óbvio que é irrelevante que a concessão esteja no nome de A ou B, até porque — como é o caso de Blumenau, que não está no nome da família Sirotsky — retransmitem a mesma programação, essa é a grande questão, o conteúdo.

Existe solução?

A questão é permitir a multiplicidade. A rede pública de televisão, com a criação da TV Brasil, poderia ter sido uma saída, mas o governo fez tudo errado. O correto seria que o Estado disponibilizasse canais, não adianta tentar produzir programação.

Seria fácil: criar 30 canais de TV para serem disponibilizados à população. Depois é só colocar retransmissoras públicas nos centros urbanos, para os canais transmitirem programação independente. Uma medida simples, percebe? Bastava criar os canais e construir as retransmissoras. É uma questão tecnológica e de vontade política.

Custaria muito mais barato do que o governo tentar produzir programação e todos teriam oportunidade de fazer sua produção. O governo faria as retransmissoras, pura e simplesmente. Seria uma revolução na comunicação. A mídia em pouco tempo mudaria, porque, com uma multiplicidade de canais, o canal com maior audiência chegaria a 15%, 10%, como é nos EUA, que é o correto.

Certamente se o governo viesse “Ah, vamos fazer aplicar a lei das duas emissoras”, eles iam dizer: “Não! É uma lei da ditadura! O Lula é o Chávez”. É uma besteira. O que diz a lei: cada cidadão tem que ter um número x de canais, essa é a meta. Podia botar no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) isso aí. É uma questão econômica, direitos individuais, gera muito emprego, oportunidades, veiculação comercial; atingiria em cheio a própria economia.

O principal modo de democratizar não seria combater o monopólio e o oligopólio?

O primeiro passo seria esse, mas como eu falei, os órgãos do executivo são muito subalternos, e também a RBS pode virar o governo. Qual a finalidade de um deputado federal que vai lá propor uma legislação mais rígida pra isso? Se é um deputado de SC, a RBS vai fazer algumas reportagens contra o cara e ele está acabado. O cara não se reelege mais.

Você já foi ameaçado?

Não, por isso não.

Rafaela Mattevi e Cora Ribeiro

ZERO



Com a aquisição do jornal *A Notícia* e o lançamento do *Hora de Santa Catarina*, a RBS possui todos os impressos com mais de 10 mil exemplares de circulação no estado. Hoje, o grupo é o maior de mídia privada do Brasil

AN perde 6 mil leitores em dois anos

Após ser adquirido pela RBS, jornal joinvilense acumula perda de vendas e profissionais e fecha sucursal

Desde que o maior grupo de mídia de Santa Catarina, a Rede Brasil Sul (RBS), assumiu o controle do jornal *A Notícia* (AN), de Joinville, em 2006, foram feitas mudanças tanto na organização da empresa quanto no formato do veículo. No entanto, o jornal ainda não recuperou seu número original de circulação. Além disso, o corte de profissionais culminou no fechamento da sucursal de Florianópolis.

O acordo rendeu R\$50 milhões aos sócios do AN e concedeu à RBS um jornal que circulava há 83 anos. Antes da venda, a tiragem paga era de 32 mil exemplares em 260 municípios. Desde então, perdeu seis mil leitores

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou a transação no dia 17 de setembro de 2007. Para a aceitação, as empresas requerentes alegaram à Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda que, ao se sentirem lesados, os leitores podem recorrer a outros meios de comunicação. Afinal, "em Santa Catarina existem inúmeros outros veículos". Dados de 2005 do Instituto Verificador de Circulação mostram que a RBS domina o mercado de impressos no estado com 78% da tiragem.

O Ministério Público pretende entrar com uma ação este ano contra a compra do jornal. "É ilegal, pois infringe a lei de abuso do poder econômico", afirma o Procurador da República, Celso Tres. Essa lei diz que um grupo ou empresa não pode ter controle de mais de 20% de mercado de bens ou serviços.

A ação contesta, inclusive, a aprovação do Cade. O inquérito demorou

dois anos para ser concluído devido às diversas vertentes em que o mercado de mídia interfere. Entre elas estão os direitos do cidadão — como liberdade de expressão e direito à informação — e a questão do poder econômico. Fatores que, com a aprovação, tornaram a ação ainda mais complexa.

Baixas

Com a compra, o grupo gaúcho cortou pela metade o número de empregos. Em seis meses, foram demitidos 170 dos 437 empregados. Em janeiro de 2007, os telefones da linha direta com o assinante passaram a tocar em Porto Alegre, onde está centralizada a operação de telemarketing e atendimento ao cliente do grupo. Por isso, foram eliminadas equipes inteiras de distribuição e comercialização das sucursais.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, Rubens Lunge, o fechamento da sucursal em Florianópolis, em fe-

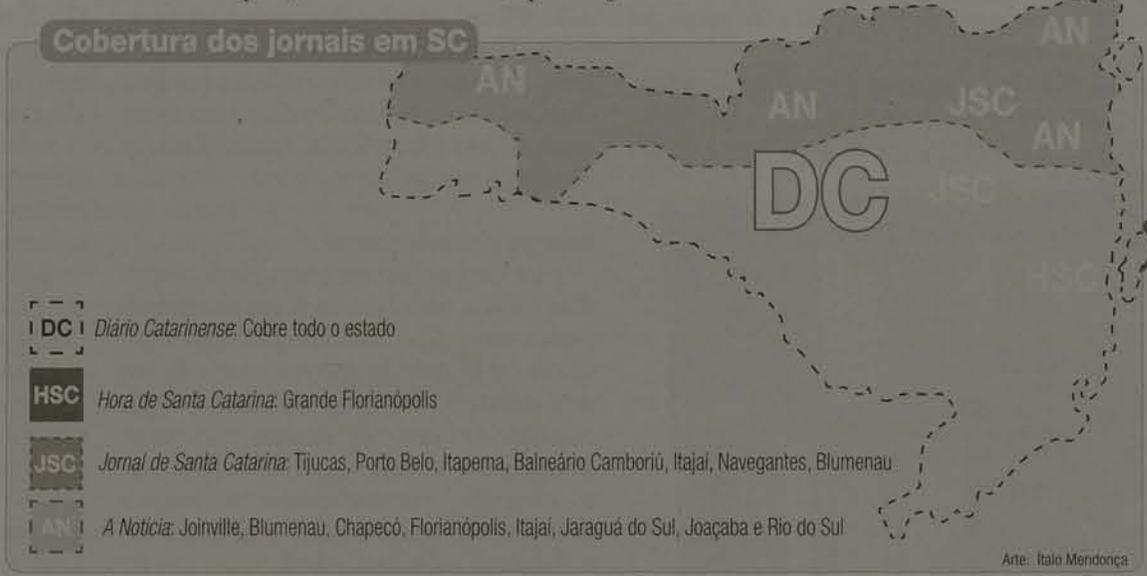
vereiro de 2007, provocou a demissão de 30 profissionais, sendo que seis deles passaram a atuar em outros veículos da RBS. Para Lunge, a situação dos impressos em Santa Catarina prejudica tanto a categoria profissional quanto a sociedade, pois "não há pluralidade de informações ou de pautas. São dois jornais iguais, mas com públicos de diferentes regiões do estado".

O AN já perdeu em torno de seis mil leitores: a circulação média diária caiu 20%, de 31,3 mil exemplares para 25 mil nesses dois anos, segundo dados disponibilizados pelo próprio jornal. Um ano após a compra, a queda era mais significativa. O diário havia perdido 28% da sua circulação original. O editor chefe do diário, Nilson Vargas, explica que a situação começou a se reverter quando o formato foi alterado, de *standard* para *tablóide*, em abril deste ano. "Um dos motivos da queda na circulação foi a atualização na carta de assinante. Hoje, o jornal cresce a 2% ao mês", explica Vargas.

O ZERO falou com Cyro Silveira Martins Filho, diretor geral de produto para a RBS no estado. Por estar há apenas duas semanas no cargo, ele preferiu não se manifestar sobre o assunto.

Com o lançamento do *Hora de Santa Catarina* pela RBS, também em 2006, o grupo da família Sirotsky possui todos os diários com mais de 10 mil exemplares de tiragem impressos no estado. Eles são editados e distribuídos pela Zero Hora Editora Jornalística S/A, e seus principais acionistas são: RBS Administração e Cobrança Ltda. (45%), Jayme Sirotsky (21,05%), Nelson Pacheco Sirotsky (7,7%) e José Pedro Pacheco Sirotsky (7,15%). Além dos quatro jornais de Santa Catarina, a empresa edita quatro impressos no Rio Grande do Sul que também dominam o mercado nesse segmento.

Cora Ribeiro



Grupo reaproveita jornalistas, fotos e matérias

Contrato permite que o mesmo material seja usado em todos os veículos da empresa

O fechamento da sucursal do jornal de Joinville *A Notícia* (AN), em Florianópolis, é uma das provas de que o grupo RBS aproveita o material produzido por jornalistas de outros veículos. Os diários impressos que circulam em Santa Catarina apresentam semelhanças que vão além do formato. Matérias, até mesmo regionais, são reproduzidas de um jornal para o outro sem que se altere uma vírgula, algumas vezes apenas o título é modificado.

O contrato dos jornalistas da RBS exige que o profissional concorde com essa prática de reprodução do material jornalístico em outros veículos da empresa. Em entrevista, o presidente do Sindicato dos Jornalistas, Rubens



Lunge, contou que a entidade já entrou na justiça pedindo que esse tipo de contrato seja inviabilizado, no entanto a RBS ganhou a ação. "Continuaremos na justiça contra essa prática, mas infelizmente a corporação tem uma força muito grande no estado e os jornalistas não têm muita opção além de aceitar o contrato", afirma Lunge.

Ao longo de uma semana, o ZERO analisou os jornais *Diário Catarinense* (DC) e *A Notícia* (de 7 a 13/09). Em cinco deles, o AN trazia um editorial igual a um dos dois apresentados pelo DC.

As matérias locais, defendidas pelo editor do AN como uma das características fortes do jornal, não foram exceção à regra: no dia 7 de outubro todas as matérias da editoria que cobre o estado de Santa Catarina, incluindo Geral e Polícia, eram as mesmas apresentadas pelo DC. (C.R.)

Propriedade

Os veículos da Rede Brasil Sul

Em termos de propriedade, a RBS é a maior organização de mídia privada do Brasil. É o que afirma o site *Donos da Mídia*, que reúne dados públicos e informações fornecidas pelos grupos de mídia para montar um panorama completo dos veículos no Brasil.

O site calcula que o grupo gaúcho tenha 57 veículos entre rádios, emissoras de TV e jornais impressos. A RBS atua também na área de TV por assinatura, internet, mercado editorial e indústria fonográfica.

O alcance real de seus produtos, entretanto, é reduzido devido à atuação concentrada exclusivamente nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O número de veículos se distribui de forma equilibrada com predomínio no rádio FM (21 emissoras) e na televisão (18 emissoras). Além das geradoras de TV, possui 259 retransmissoras nos dois estados.

Fundado no final da década de 1950 pelo empresário Maurício Sirotsky Sobrinho, a chegada a Santa Catarina ocorre em 1979, com a inauguração da TV Catarinense.

Na área do jornalismo impresso, o grupo possui oito veículos:

Diário Catarinense - SC
Tiragem: 41,5 mil exemplares/dia
Ano da fundação: 1986

O jornal de Santa Catarina - SC
Tiragem: 25 mil exemplares/dia
Ano da compra: 1992

A Notícia - SC
Tiragem: 25 mil exemplares/dia
Ano da compra: 2006

Hora de Santa Catarina - SC
Tiragem: 30 mil exemplares/dia
Ano da fundação: 2006

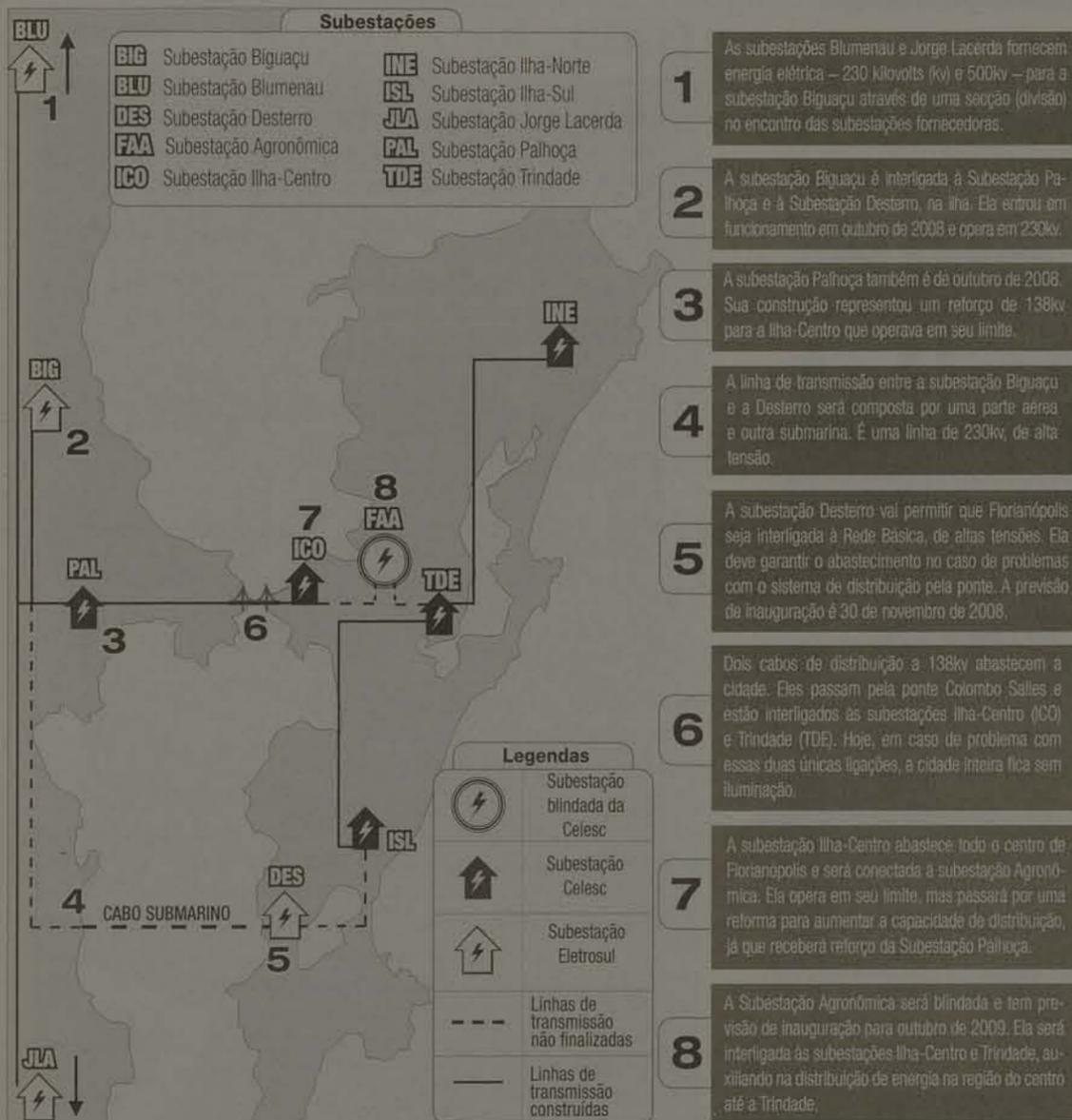
Zero Hora - RS
Tiragem: 192 mil exemplares/dia
Ano da fundação: 1964

Diário Gaúcho - RS
Tiragem: 148 mil exemplares/dia
Ano da fundação: 2000

Pioneiro - RS
Tiragem: 30 mil exemplares/dia
Ano da compra: 1993

Diário de Santa Maria - RS
Tiragem: 16 mil exemplares/dia
Ano da fundação: 2002

Estudo do Centro de Pesquisa de Energia Elétrica concluiu que campos eletromagnéticos não causam doenças. Mas, segundo a Celesc, a exposição constante a altas frequências, a exemplo de operadores de estações de comunicações, pode causar danos à saúde



- 1 As subestações Blumenau e Jorge Lacerda fornecem energia elétrica – 230 kilovolts (kv) e 500kv – para a subestação Biguaçu através de uma seção (divisão) no encontro das subestações fornecedoras.
- 2 A subestação Biguaçu é interligada à Subestação Palhoça e à Subestação Desterro, na ilha. Ela entrou em funcionamento em outubro de 2008 e opera em 230kv.
- 3 A subestação Palhoça também é de outubro de 2008. Sua construção representou um reforço de 138kv para a Ilha-Centro que operava em seu limite.
- 4 A linha de transmissão entre a subestação Biguaçu e a Desterro será composta por uma parte aérea e outra submarina. É uma linha de 230kv, de alta tensão.
- 5 A subestação Desterro vai permitir que Florianópolis seja interligada à Rede Básica, de altas tensões. Ela deve garantir o abastecimento no caso de problemas com o sistema de distribuição pela ponte. A previsão de inauguração é 30 de novembro de 2008.
- 6 Dois cabos de distribuição a 138kv abastecem a cidade. Eles passam pela ponte Colombo Salles e estão interligados às subestações Ilha-Centro (ICO) e Trindade (TDE). Hoje, em caso de problema com essas duas únicas ligações, a cidade inteira fica sem iluminação.
- 7 A subestação Ilha-Centro abastece todo o centro de Florianópolis e será conectada à subestação Agronômica. Ela opera em seu limite, mas passará por uma reforma para aumentar a capacidade de distribuição, já que receberá reforço da Subestação Palhoça.
- 8 A Subestação Agronômica será blindada e tem previsão de inauguração para outubro de 2009. Ela será interligada às subestações Ilha-Centro e Trindade, auxiliando na distribuição de energia na região do centro até a Trindade.

Legendas

	Subestação blindada da Celesc
	Subestação Celesc
	Subestação Eletrosul
	Linhas de transmissão não finalizadas
	Linhas de transmissão construídas

Infográfico: Italo Mendonça

Celesc erguerá subestação em local polêmico

Vizinha à casa do governador, a unidade será blindada e instalada em terreno do estado que famílias ocuparam por 20 anos

Quem passa pela Beira-Mar Norte, uma das principais vias de Florianópolis, vê placas anunciando a subestação Agronômica. A obra das Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) será blindada, custará R\$ 26 milhões – três vezes mais que uma subestação convencional – e será vizinha à residência oficial do governador. Em janeiro, o estado conseguiu uma liminar de reintegração da posse do terreno, onde viviam duas famílias que, agora, contestam a decisão da justiça.

Antônio Alves, Bento Carvalho e Cláudia Schlichting entraram, em 2002, com uma ação contra o município, que construiria nas terras cedidas pelo estado a “Cidade da Criança”. Os posseiros foram obrigados a sair das terras e receberam aluguel do estado por quatro meses. Dois anos depois, voltaram à área e, por morarem ali há mais de 20 anos, moveram ações de usucapião. Uma, de 2004, foi julgada improcedente e a outra, de 2006, aguarda decisão. De acordo com o procurador do estado Moacir Frassetto, a ocupação das terras foi descontinua e imóveis públicos não podem ser adquiridos por usucapião. “Se fosse um pedido de indenização, poderia haver acordo, mas de posse, não.”

Em janeiro de 2008, saiu a liminar à favor da reintegração de posse pelo estado. Segundo a contestação dos réus, a área reintegrada é maior que a que pertencia ao estado e não incluiria o terreno habitado por eles. O processo tramita na Unidade da Fazenda Pública da Comarca da Capital, mas, para o procurador, “a Celesc pode e vai iniciar as obras”.

O terreno na Agronômica era Área Verde de Lazer (AVL) e, em 2007, foi alterado em parte para Saneamento e Energia (ASE), viabilizando a construção da subestação. Mas no Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IpuF) e na Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos (Susp) – responsáveis por atualizar alterações de zoneamento –, ainda consta como o anterior.

A Celesc alega não haver outro espaço que atenda aos requisitos da instalação. “Os critérios são: o terreno poder acolher a construção legalmente; a possibilidade de acesso de carretas; e a facilidade para chegada e saída de linhas de transmissão

e distribuição”, diz Sérgio Simão Stüpp, engenheiro que participou dos projetos.

Onze anos de projeto
Em 1997, a Subestação Ilha-Centro já abastecia sozinha a região. “Havia a indicação de que chegaria ao limite”, diz Stüpp. Verificada a urgência, estudos da Celesc concluíram que um terreno à Rua Angelo Laporta era o único adequado à construção de uma segunda subestação. Mas a área não permitia edificações do porte de uma subestação, que ocuparia 3 mil m².

Após duas audiências públicas entre a Celesc e a comunidade local, em 2001, a lei complementar municipal nº 001/01 alterou o zoneamento de Área Residencial Predominante (ARP) para Área do Sistema de Saneamento e Energia (ASE). Em 2005, moradores apresentaram mais de mil assinaturas solicitando a revogação da lei. As principais alegações: ausência de Estudo de Impacto de Vizinhança e a falta de consenso sobre os riscos dos campos magnéticos. A Câmara dos Vereadores retornou ao zoneamento original através da lei complementar nº 241, de setembro de 2006. Buscaram-se, então, outros terrenos até chegar ao vizinho à casa do governador.

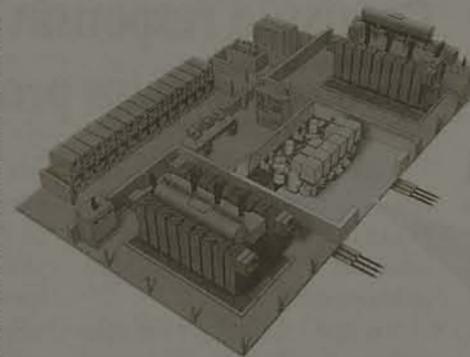
A blindagem
O contrato da Subestação Agronômica é de agosto de 2008 e o consórcio Siemens/Grantel será responsável pela construção, com conclusão prevista para outubro de 2009. Além da subestação Agronômica – a segunda de Santa Catarina e a 31ª do país – o projeto inclui a reforma da subestação Ilha-Centro.

Apesar do alto custo, a opção pela blindagem ocorreu porque “não havia espaço para uma subestação convencional, de no mínimo 10 mil m²”, afirma Jânio Búrigo, chefe da divisão de subestações da Celesc. “Em grandes centros, é difícil fazer uma subestação dessa extensão e ainda alteraria a arquitetura da cidade”, explica. Arno Emílio Glitz, gerente regional de vendas da Siemens, acrescenta que os equipamentos blindados exigem menos manutenção.

Marina Veshagem

O que é uma subestação

O papel de uma subestação é transformar a tensão elétrica e redistribuí-la. Uma usina gera energia elétrica – 138kv (Celesc), 230kv e 500kv (Eletrosul) – que é transmitida e chega a uma subestação, que reduz a tensão para 13,8kv. Em transformadores nos postes, ou em cabines dentro dos prédios, a tensão é novamente transformada para 220v, que a voltagem das tomadas de nossas casas.



SUBESTAÇÃO ABRIGADA BLINDADA:
Os equipamentos são envolvidos por gás isolante (SF6) dentro de um tanque que os protege do ambiente externo.
Refrigeração:
Óleo biodegradável nos transformadores.
Custo:
Aproximadamente 26 milhões de reais (três vezes maior que uma convencional).
Área:
64 m² de área (36 vezes menor que uma convencional).
Ruído:
55 dB (como uma conversa em voz baixa).

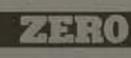
Fontes: Jânio Búrigo, Ivanildo Albuquerque e Arno Emílio Glitz

Interligação da capital à Rede Básica promete acabar com o risco de apagões

Florianópolis é a única capital brasileira não interligada à Rede Básica, sistema de transmissão de energia a altas tensões que conecta o país. Hoje, apenas dois cabos de distribuição abastecem a cidade. Operando com 138 kilovolts (kv), passam pela ponte Colombo Salles e estão interligados à Subestação Ilha-Centro (ICO) e à Subestação Trindade (TDE). Em caso de problema com essas ligações, a cidade fica sem iluminação. Foi o que ocorreu em outubro de 2003, quando a queima dos cabos apagou a ilha por 55 horas. Naquele ano, a Eletrosul e a Celesc realizaram o *Estudo de Atendimento*

Elétrico ao Estado de Santa Catarina, que concluiu a necessidade de implantar a Subestação Florianópolis Ilha, atual Desterro. A construção, na Fazenda Rio Tavares, pretende conectar Florianópolis à tensão de 230kv. A transmissão por alta tensão – 230kv ou 500kv – garante o abastecimento no caso de falha de distribuição pela ponte. “Se faltar energia, ela pode ser transmitida até do norte ou nordeste do país”, explica Ivanildo de Albuquerque Junior, gerente do departamento de engenharia do sistema da Eletrosul. O projeto da Subestação Desterro é de 2005 e inclui a construção das

subestações Biguaçu e Palhoça, na Grande Florianópolis. “Levamos dois anos para obter as licenças do IBAMA e a construção só começou em 2007”, diz o engenheiro. A Subestação Palhoça deve reforçar em 138kv a ICO, que abastece o centro e opera em seu limite. A Subestação Biguaçu, por sua vez, fará interligação com a DES [veja no infográfico]. O sistema prevê investimento de R\$ 172 milhões e deve funcionar até dezembro de 2008. A integração da Subestação Agronômica, marcada para 2009, visa garantir o abastecimento de Florianópolis por pelo menos 25 anos. (M.V.)



Construtoras faturam com arte em frente a prédios da capital

Lei municipal prevê o aumento da área construída e é usada para aumentar preço dos imóveis através da instalação de obras artísticas

A Lei Municipal 3255/89, aprovada em 1989 e implantada em 1997, dá direito às construtoras de aumentar em 2% o estabelecido como área total pelo Plano Diretor municipal. Para isso, o empresário deve colocar no prédio, à vista de quem passa, uma obra de arte.

Vinte anos depois, essa lei é usada como mais uma forma de incrementar o lucro dos empresários do setor em Florianópolis. Segundo a engenheira civil Cristiane Santos, da Avalisc Engenharia de Avaliações, o metro quadrado na avenida Beira-Mar Norte vale R\$5 mil – o mais caro do sul do Brasil. A média

foi obtida a partir da análise de preço de mercado de 88 prédios.

Dessa forma, o lucro médio das construtoras com a ampliação da área prevista é de R\$ 700 mil. Esse valor é muito superior ao pago por uma obra de arte, que raramente ultrapassa os R\$ 50 mil.

O edifício João Moritz, recém inaugurado na Beira-Mar Norte, tem um dos metros quadrados privados mais caros da cidade: cerca de R\$ 11 mil. Um apartamento é vendido a R\$ 3 milhões. Localizada atrás do prédio está a obra chamada *A revolução do olhar*, da artista plástica Giovana Zimmerman.

Daniela Cucolicchio



A artista plástica curitibana Giovana Zimmerman tem 29 obras espalhadas pela cidade

São tubos de aço inoxidável que pretendem "resgatar a organicidade do material à mostra, numa referência à galeria George Pompidou, em Paris". Pelo projeto, a artista plástica recebeu R\$ 10 mil e a execução, de responsabilidade da construtora, foi orçada em R\$ 30 mil. Por causa da obra, a construtora Lumis teve um acréscimo de 130m² à área ocupacional total. Esse espaço a mais vale R\$ 650 mil. Descontados os R\$ 40 mil investidos na obra, o lucro da construtora foi de R\$ 610 mil.

O artista plástico João Otávio Neto, o Janga, vendeu ao condomínio Pedro Passos Residence, na Trindade, uma obra inspirada nas inscrições rupestres encontradas na Ilha de Santa Catarina. A escultura foi armada em caixaria de madeira e revestida de concreto.

Pela peça pronta, Janga recebeu da Beco Castelo cerca de R\$ 17 mil. Com o adendo de 2% da área ocupacional, a construtora ganhou R\$ 410 mil, e obteve um lucro líquido de R\$ 393 mil.

Janga foi o idealizador da lei. Através do ex-vereador Michel Curi, apresentou a proposta. A ideia inicial era seguir o modelo que havia sido implantado no Recife, em que qualquer edifício com mais de 1000m² seria obrigado a instalar uma obra de arte.

O formato não foi aprovado pela Câmara, que decidiu pelo acréscimo de 2% em área construída. Para Janga, que não sabia dos valores apresentados pela nossa reportagem, o benefício às construtoras é "um crime, um desrespeito aos artistas de todas as formas".

A construtora Lumis, responsável pelo João Moritz, diz que está de acordo com a lei. "A gente não contrata um artista para suprir o aspecto burocrático ou para retorno financeiro. Há preocupação quanto ao contexto da obra do artista. Não é aprovada qualquer obra. A Lumis quer dar o retorno à população, pelo usufruto da obra de arte".

Felipe Santana

ZERO

Respalgadas pela Lei Municipal 3255/89, construtoras aumentam a área construída e os lucros. Ao colocar uma obra de arte na construção, a Lumis gastou R\$ 40 mil, entre obra e instalação, e ganhou R\$ 610 mil

Cálculo

Arte: Italo Mendonça

Entenda a matemática do lucro:

$$6500 \text{ m}^2 \rightarrow 2\% = 130 \text{ m}^2$$

1m² custa R\$5mil

obra de arte custa R\$40mil

$$130 \times 5000(1\text{m}^2) - 40000(\text{obra})$$

Lucro de R\$ 610 mil

Comissão responsável por julgar e aprovar projetos propõe mudanças

Antes de ser executado, um projeto deve ser aprovado pela Comissão de Arte Pública (COMAP). Os membros, que não sabem dos valores pagos aos artistas, pretendem modificar a lei.

A COMAP é formada por sete representantes de instituições interessadas no assunto. Entre eles, estão prefeitura, artistas plásticos e críticos de arte. A função deles é julgar se um projeto é adequado para se enquadrar na lei. Para isso, baseiam-se em três critérios: vinculação da arte à linguagem do artista, qualificação do espaço público e aspectos de qualidade da obra.

A comissão não fica a par do valor negociado entre artista e construtora. Só quem sabe é a empresa responsável pela construção. Por isso, todos os artistas e membros da COMAP entrevistados ficaram espantados quanto aos valores revelados pelo ZERO.

A Secretaria de Urbanismo e Segurança Pública (SUSP) é quem fiscaliza a área total do prédio, mas, mesmo assim, não sabe dos valores pagos aos artistas.

César Floriano, o representante da COMAP no Plano Diretor participativo, diz que a comissão estuda mudanças na lei. Assim, as construtoras seriam obrigadas a repassarem 30% do lucro obtido

pela vantagem na área ocupacional à compra da obra de arte. "Dessa forma, ou eles contratam um artista que faça uma obra no valor estipulado ou doam o restante do dinheiro a um fundo municipal de arte. Assim, poderemos investir em arte em outros locais públicos, como nas periferias", defende Floriano. As regiões periféricas de Florianópolis não são beneficiadas por essa lei. Como o metro quadrado custa menos, a vantagem não representa lucro para as construtoras.

Novas regras

A atual comissão tomou posse em 2000. Segundo a professora de artes plásticas Sandra Ramalho, representante da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), as propostas estavam pouco detalhadas quando eles começaram os trabalhos. Com novas regras de avaliação, a comissão está mais segura para fazer escolhas. A nova equipe também instituiu, segundo Ramalho, que "a obra de arte não está ali para ser bonita, mas para questionar o espaço público".

Para Maurílio Roberge, representante da Fundação Franklin Cascaes (FCC), "a comissão trabalha afinada e com harmonia. As pessoas são do mais alto nível, o que colabora no processo de avaliação". (ES.)



Eficácia da lei é motivo de divergência entre políticos

Prefeitura também ganha com aumento da área construída. Quanto maior o prédio, maior o valor do IPTU pago pelo morador

Apesar das propostas da Comissão de Arte Pública (COMAP), não há nada em tramitação na Câmara de Vereadores de Florianópolis que altere a lei. A opinião dos vereadores quanto ao conteúdo, aprovado em 1989, diverge.

Para Xandi Fontes (PP), ela é "duvidosa". "Uma obra de arte não vai suprir o acréscimo de 2% no total da obra. O impacto não vai ser reduzido. Parece uma maneira delicada de burlar a legislação. A implantação de obra de arte tem que ser de livre e espontânea vontade", defende.

Em contrapartida, o vereador Márcio de Souza (PT) considera a lei "um incentivo à humanização da cidade". "O debate envolveu um grupo significativo de pessoas e vem atendendo à necessidade de fomentar a cultura na cidade". Quanto aos valores revelados pelo ZERO, Souza acredita que "se pode cogitar rever e aferir se o ganho é realmente dessa monta. Se conferir, essa é uma situação para criar mecanismos para aumentar a participação do artista no lucro da construtora".

Michel Curi, o ex-vereador que levou o projeto idealizado por Janga à Câmara,

estava envolvido no inquérito da Operação Moeda Verde. A transcrição das conversas com o também ex-vereador Juarez Machado e com o empresário Fernando Marcondes de Mattos foram usadas no processo. Curi é suspeito de ter redigido a lei que reduz os impostos do setor hoteleiro em Florianópolis. Desde o escândalo, Curi saiu do PTB e sofreu para se filiar ao PPS, partido pelo qual lançou sua candidatura a vereador nessas últimas eleições. Ele não se elegeu.

O aumento na área ocupacional da cidade se reverte em dinheiro não apenas para as construtoras, mas também para os cofres públicos. Um dos fatores do cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) é a área total construída. Além de pagar pelo acréscimo de área, o contribuinte paga, de novo, em IPTU.

Em 2008, a prefeitura faturou cerca de R\$ 162 milhões em arrecadação de IPTU, de 264 mil imóveis cadastrados no município. Só os moradores do Pedro Passos Residence pagam juntos cerca de R\$ 56 mil.

Felipe Santana

Referências

Picasso é público em Barcelona

A lei criada no Recife em 1961 inspirou a criação da Lei Municipal 3255/89, em Florianópolis. Na capital pernambucana, todo prédio com mais de mil m² deve implantar na área externa uma obra de arte.

Por 20 anos, essa lei ficou sem funcionar. Nos anos 80, foi retomada na gestão do prefeito Gustavo Krause (DEM) sob pressão da classe artística. Hoje, cerca de 2 mil obras de arte foram instaladas em frente a prédios recifenses.

No entanto, há vários problemas na implantação da lei na cidade. O artista plástico Paulo Brusky, em entrevista ao jornal *Diário de Pernambuco*, afirma que os problemas vão desde projetos-

fantasma feitos por quadrilhas de artistas plásticos contratados por construtoras, até a questionável qualidade das obras de arte.

A cidade de Barcelona, na Espanha, é referência mundial em gestão de obra de arte pública. Em 2007, a autarquia da cidade publicou um site em que as peças estão catalogadas e referenciadas. O intuito é humanizar o contato da população e dos turistas, além de facilitar a gestão.

A diferença entre Recife e Barcelona é que as obras de arte na cidade espanhola, cerca de 1990, foram colecionadas desde o período Neo-clássico. Entre os artistas, estão Miró, Gaudí e Picasso.



Janga, que passou oito anos sem usufruir da lei, diz que hoje, mesmo com 19 obras espalhadas, está decepcionado com os resultados

Artistas plásticos questionam critérios de avaliação, mas COMAP se diz exigente

Nascido na Rio Branco, famosa avenida da capital catarinense, Janga viu que sabia desenhar na aula de Artes do Colégio Catarinense. Desde os 14 anos, pesquisa referências visuais na cultura florianopolitana ao lado de artistas como Rodrigo de Haro.

Depois de estudar em Porto Alegre voltou à ilha, onde foi um dos fundadores e presidente da Associação dos Artistas Plásticos. Proprietário da Casa Açoriana, referência em artesanato local em Santo Antônio de Lisboa, foi também um dos primeiros a resgatar o artesanato e transformar os bonequinhos do boi de mamão em arte de massa.

Janga sugeriu a implantação da lei municipal. Imaginava uma humanização da cidade através de obras de artistas locais, como Rodrigo de Haro e Eli Hail. Mas, de começo, os artistas não se motivaram a apresentar projetos. Por isso, Janga se diz decepcionado com os resultados.

Nos primeiros anos de vigência da lei, artistas como Antônio Rozicki espalharam pela cidade painéis que são chamados por alguns críticos de "murais de caquinhos". Os mosaicos de Rozicki são representações figurativas da tradição açoriana: o barquinho, o peixinho, o vento sul.

Janga não utilizou a lei nos oito primeiros anos para não dar mar-

gem à interpretação de que tivesse sugerido para beneficiá-lo. Entretanto, depois da posse da atual comissão, em 2000, espalhou 19 obras pela cidade.

A crítica de Janga à COMAP é de que agora eles preferem obras julgadas como pós-modernas e interativas, de acordo com o discurso da contemporaneidade. Para ele, se trata de colonialismo. "Não precisamos seguir as tendências europeias para fazermos arte de qualidade. A obra é portadora de significado e a proposta deve ser levada em conta. O que fazemos é uma reflexão sobre as nossas raízes."

O artista analisa que Florianópolis é um forte reduto de arte humanista, que tem o homem como figura principal. Acontece que a arte humanista era o discurso do século XVI e a comissão desaprova o que chama de "arte ultrapassada e decorativa".

Para César Floriano, representante da COMAP e doutor em gestão de arte pública na Espanha, "o problema de gestão da obra de arte pública é mundial. O que tenho é responsabilidade grande quanto à escolha da obra que vai ser colocada na rua. Ela faz parte de um acervo público. O espaço dado às construtoras além do plano diretor é um

espaço da cidade, das pessoas, que precisa ser valorizado".

A curitibana Giovana Zimmerman se adapta melhor às requisições da COMAP. Depois de ter sido indicada pelo arquiteto responsável pelo edifício João Moritz, Evandro Gaspar, a construtora entrou em contato com a artista, que apresentou um primeiro projeto.

Essa primeira versão era uma instalação no ponto de ônibus em frente ao prédio. A construtora aprovou, mas a ideia foi barrada na comissão. Eles temiam um embate com a prefeitura, o que dificultaria as negociações quanto às reformas que a comissão pretende implantar na lei.

Zimmerman adaptou a obra para os tubos que hoje estão na área do edifício. Ela participou de encontros com a comissão até que o projeto ideal fosse aprovado. Flexibilidade e adaptação da linguagem que renderam à artista a implantação de 29 obras. Ela é a segunda artista que mais emplacou, atrás apenas de Rozicki.

Hoje, a artista faz mestrado em gestão de arte pública na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e garante que o estudo a ajudará a pensar a relação da obra dela com o espaço público. Um dos professores de Giovana é César Floriano, da COMAP. (F.S.)

Doador pode voltar aos hemocentros

Estoques reduziram durante vacinação contra a rubéola

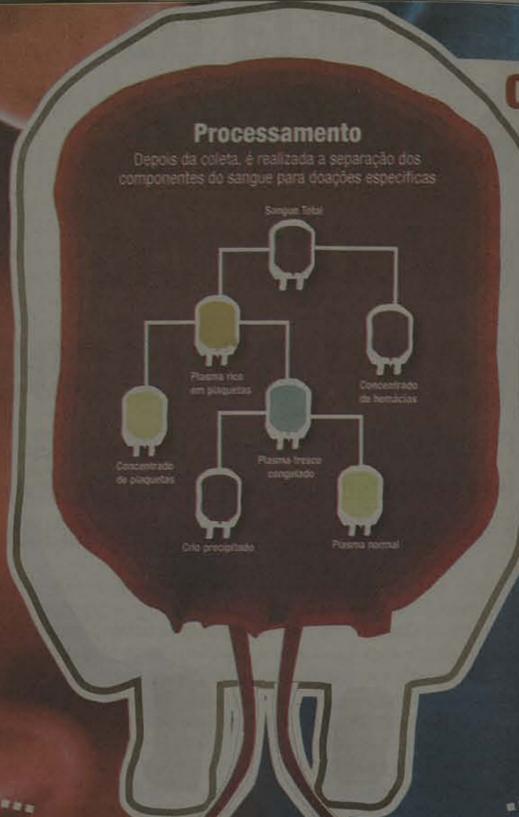
Todos que se vacinaram contra a rubéola durante o período da campanha nacional, já podem doar sangue. Em Santa Catarina, assim como em outros estados, a campanha se estendeu até 30 de setembro. Após a imunização, é necessário esperar um mês para a doação.

Durante os meses de agosto e setembro, quando os brasileiros foram estimulados a tomar a vacina, houve queda na coleta de sangue em diversos estados. No Centro de Hematologia e Hematoterapia de Santa Catarina (Hemosc), em Florianópolis, a diminuição chegou a mais de 50%, em certos períodos. Algumas cirurgias programadas em hospitais e clínicas foram canceladas ou adiadas, principalmente aquelas que

dependiam de sangue com Fator Rh negativo. Isso porque o público-alvo da campanha eram pessoas com idade entre 20 e 39 anos, faixa etária de cerca de 80% dos doadores de sangue.

A gerente de imunização da Secretaria Estadual de Saúde (SES/SC), Leonor Proença, explica que os hemocentros foram orientados a adiantar a vacinação para julho e a coletar sangue dos doadores antes. Essas ações deveriam evitar o esvaziamento dos estoques durante o período oficial da campanha, de 9 de agosto a 12 de setembro, mas não foram suficientes.

Se você foi vacinado há mais de um mês, já pode se candidatar à doação de sangue. Saiba como funciona.



Outros tipos de contribuição

Doação de Medula

Para ser doador de medula óssea, basta informar o desejo em um hemocentro. Os dados pessoais e as características genéticas do candidato são cadastrados no Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea (REDOME). As informações são cruzadas com as dos pacientes a fim de encontrar um receptor compatível. No Brasil, a chance de encontrar compatibilidade entre doador e receptor é da ordem de 1 para 100 mil.

- O Hemosc recebeu uma média de 900 doadores por mês, em 2007. Aproximadamente 390 pessoas foram chamadas para coletar a segunda amostra e, destas, apenas 51 para a coleta da terceira.

Doação de Plaquetas

Pode ser realizada pela doação convencional de sangue ou pelo processo chamado aférese. Este procedimento é mais eficaz, pois é necessário o único doador para atender a necessidade de um paciente. Do outro modo, seria preciso de 6 a 10 doadores para obter a mesma quantidade de plaquetas. Diferente da doação de sangue, a doação por aférese pode ser feita uma vez por mês.

- Em Florianópolis, o Hemosc recebe uma média mensal de 150 doações de plaquetas por aférese. Para fazer a doação, o candidato deve agendar com antecedência.

Aférese

O processo dura cerca de 90 minutos para a doação de plaquetas. Em alguns casos, o procedimento é recomendado também para a doação de medula óssea.



3 O restante das plaquetas é devolvido ao organismo, junto com os outros componentes. O total de plaquetas doadas e recuperado em torno de 24 horas, 10% já na primeira hora.

Sangue

Plaquetas
Participam do processo de coagulação sanguínea, atuando quando ocorrem sangramentos e hemorragias.

Leucócitos
Chamados de glóbulos brancos, fazem parte da defesa do organismo e são acionados em caso de infecção, para destruir vírus e bactérias. Variam entre 5 e 10 mil por m³ de sangue.

Plasma
Parte líquida do sangue, representa 55% de seu volume. É composto por proteínas, sais minerais e 90% de água. Por ele, circulam as substâncias nutritivas para o organismo, como enzimas, hormônios e a imunoglobulina.

Hemácias
Possuem alto teor de hemoglobina, uma proteína avermelhada que contém ferro e é responsável pelo transporte de oxigênio às células. Também levam dióxido de carbono aos pulmões, onde a substância é eliminada. Existem cerca de 5 milhões de hemácias por m³ de sangue.

Preparação
O candidato deve estar bem alimentado, dormir no mínimo seis horas e não ingerir álcool nas 12 horas anteriores à doação.

Avaliação
São medidos o pulso, a pressão arterial, o peso, a temperatura, a altura e o nível de anemia. Depois, é

Captação
Uma pequena amostra de sangue é retirada para a realização de exames. Em seguida, são coletados cerca de 450 ml para a doação.

Exames
Enquanto o sangue é processado, a amostra é submetida a exames, para classificar o tipo sanguíneo e atestar a qualidade.

Distribuição
Cada componente do sangue é distribuído de acordo com a necessidade dos pacientes dos hospitais e clínicas conveniadas.

Recepção
Uma única doação pode beneficiar até quatro pessoas. Cada paciente recebe os componentes de que precisa.

Intervalo necessário entre uma doação e outra:
Mulheres: 3 meses (máximo de 3 vezes ao ano)
Homens: 2 meses (4 vezes ao ano)

Pode doar aquele que:
• Tem entre 18 e 65 anos;
• Está bem de saúde;
• Pesa no mínimo 50 quilos.

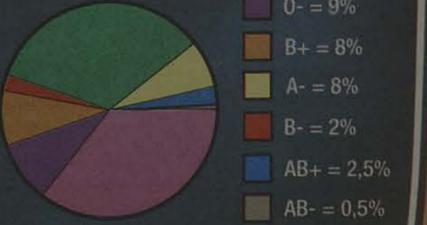
Não pode doar quem:
• Teve gripe, febre ou alguma infecção na última semana;
• Teve hepatite viral após os 10 anos de idade;
• Fez cirurgia recentemente;
• Usa ou já usou drogas injetáveis;
• É portador da doença de Chagas;
• Estiver grávida.

Um receptor pode precisar especificamente de:
• Plaquetas, se estiver com leucemia;
• Plasma, se for vítima de queimaduras;
• Concentrado de hemácias, se tiver anemia ou hemorragia;
• Crio Precipitado (hemocomponente), se for hemofílico, ou seja, tiver problemas de coagulação.

O sangue vai para o paciente que:
• Estiver com anemia crônica;
• Fizer um transplante;
• Sofrer hemorragia interna;
• Passar por cirurgia cardíaca;
• Sofrer grave acidente de trabalho ou de automóvel;
• Tiver traumas ortopédicos;
• Fizer quimioterapia ou radioterapia.

Tipo sanguíneo

Na população brasileira, existe a seguinte proporção:



As transfusões devem ser do mesmo tipo de sangue do paciente, com exceção do tipo AB+.

O portador de sangue AB+ é considerado "receptor universal", pois aceita qualquer outro tipo.

O sangue O- é conhecido como "doador universal", pois pode ser injetado em qualquer pessoa.

Fonte: Hemosc
Reportagem: Esther da Velga Edição: Adriana Seguro Infografia: Italo Mendonça

ÓRGÃOS

Índice de doação aumenta no Brasil e diminui 20% no estado

No primeiro semestre de 2008, a taxa de doação de órgãos no Brasil foi de 6,5 por milhão de população (pmp), 16% maior em relação ao mesmo período de 2007. Santa Catarina, que havia atingido o recorde de 14,8 pmp no ano passado, diminuiu em 20% a taxa de doadores, segundo dados da Associação Brasileira de Transplante de Órgãos (ABTO) referentes aos meses de janeiro a junho deste ano. Mesmo com a queda, continua a ser o primeiro do ranking, seguido pelo Rio Grande do Sul. Os estados que mais tiveram aumento foram: Espírito Santo (64%), Minas Gerais (39%) e Distrito Federal (37%).

Hoje, 1.297 pacientes aguardam na fila por transplante em Santa Catarina, a maioria à espera de córnea (900), rim (230) e fígado (70). O professor universitário Valdir Garcia, que recebeu um fígado em 2006, sugere que o tema seja levado às salas de aula: "Eu nunca tinha parado para refletir sobre o assunto até adoecer", confessa. O médico de Garcia deu a ele 30 dias de vida caso não fosse realizado o transplante. "Cheguei a perder a visão, a fala e o movimento nas pernas. Sobrevivi porque uma família autorizou a doação dos órgãos de seu parente".

Consentimento familiar

Para ser um doador de órgãos não é necessário registro na carteira de identidade ou qualquer burocracia. Deve-se apenas informar os parentes sobre a escolha. O conceito de "doação presumida" - todos são doadores a menos que se manifestem o contrário, criado em 1997 - foi revogado em 2001. Hoje, a decisão final é do pai, da mãe, do filho ou do cônjuge. Dados da Central de Captação, Notificação e Distribuição de Órgãos e

Tecidos (CNCDO/SC) mostram que 35% das notificações por morte encefálica em 2008 não culminaram em doação por recusa dos familiares. Os motivos são vários, desde o desconhecimento do processo até fatores religiosos, ou mesmo dificuldade para lidar com o luto. "Não se pode esquecer que há poucas horas a família recebeu a notícia da morte de seu ente", lembra a assistente social da Central, Ana Cláudia de Moraes.

Do óbito à autorização

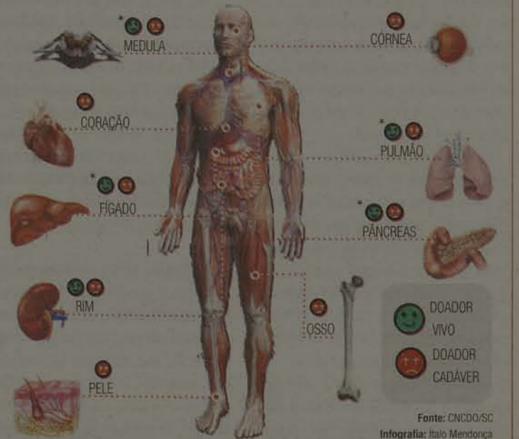
Em caso de registro por morte encefálica ou parada cardiorespiratória, o hospital é responsável por avisar a Central sobre a existência de um possível doador. Então, são realizados exames de seis em seis horas, de acordo com a normatização do Conselho Federal de Medicina, que garantem a certeza do óbito.

A equipe médica é orientada a convidar os parentes à doação: "Nunca pedimos ou tentamos convencer. Apenas esclarecemos as dúvidas e deixamos partir da família a decisão", afirma Moraes. Após a autorização, restam poucas horas para retirar os órgãos, levá-los até o receptor e realizar o transplante. O coração, o pulmão, o fígado e o pâncreas devem ser retirados antes da parada cardíaca. Os rins podem ser obtidos até meia hora depois; córneas e ossos, até 6 horas. Um doador que teve morte encefálica pode salvar até sete vidas. A lista de espera é feita por um banco de dados nacional que identifica a prioridade do receptor de acordo com critérios de urgência, proximidade, tempo de inscrição e compatibilidade. Dos procedimentos, 95% são pagos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Juliana Sakae

Captação

Órgãos e tecidos que podem ser obtidos de doadores vivos e mortos



* Apenas uma parte, em casos excepcionais

Fonte: CNCDO/SC
Infografia: Italo Mendonça
Imagens: sciencerephoto.com



Uma pesquisa encomendada pelo Estado em 2001 sobre o transporte hidroviário detectou maior demanda de passageiros de Biguaçu e Palhoça para a Ilha. O custo de implantação seria mais baixo nesses municípios que em Barreiros e São José.

Nova tentativa de implantar barcas

Após decisão judicial sobre direito da empresa Netuno de operar o serviço, Governo promete outra licitação

Citado como uma das soluções para o transporte em Florianópolis por três dos sete candidatos à prefeitura em 2008, o transporte hidroviário já foi uma opção de acesso à ilha.

O serviço decaiu após a inauguração da Ponte Hercílio Luz em 1926. Aproveitar o potencial do transporte hidroviário na região da Grande Florianópolis — é o que promete a Secretaria de Infra-Estrutura de Santa Catarina (SIE), que pretende abrir licitação para os projetos de travessia marítima ainda neste ano.

A conclusão das obras está prevista para 2011. A primeira linha de travessia prevista será de Biguaçu para o aterro da Baía Sul. Depois desse projeto piloto, serão criadas as linhas de São José e de Palhoça, as duas para a ilha.

Licitação falha

Outra tentativa de implantar o transporte hidroviário aconteceu em 1993. O governo do estado abriu uma licitação, sete meses depois de a empresa Netuno Transporte Marítimo Ltda. apresentar um estudo sobre o tema ao Departamento de Transportes e Terminais do Estado de SC (Deter), o órgão responsável por esse tipo de transporte. A Netuno ganhou a licitação e foi a única que participou da concorrência.

A empresa Netuno e o Deter assinaram contrato de concessão que deter-



minava o início dos serviços em um ano. Seriam 36 rotas e 16 atracadouros, que fariam o transporte na Ilha, com pontos em Canasvieiras, no Centro e no Aeroporto; entre a parte continental de Florianópolis e a insular, com pontos em Coqueiros e no Estreito; e o transporte intermunicipal São José, Biguaçu, Palhoça e Ilha.

A empresa teve problemas para cumprir o contrato porque não conseguiu a liberação dos terrenos para construir atracadouros e terminais. A obra foi iniciada em Biguaçu e na Baía Sul, únicos pontos liberados até o fim de 1995. Quatro embarcações estavam prontas e tinham sido vistoriadas pela Capitania dos Portos.

O Deter propôs, em 1996, uma ação na Justiça para rescindir o contrato. A decisão final do processo saiu em abril deste ano. A Justiça definiu que a culpa pelo fracasso do contrato foi das duas partes. Segundo a decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (da Apelação Cível 2006.013978-7), o Deter é culpado por não ter ajudado na liberação das áreas onde seriam construídos os terminais e atracadouros. O edital da licitação determinava que a empresa teria "o apoio do poder público nas licenças e adequações". A empresa Netuno também foi considerada culpada, porque não havia terminado de construir o atracadouro

da Baía Sul, único local que o Deter ajudou a conseguir o terreno.

Ficou decidido que cada parte arcaria com o seu prejuízo. A empresa chegou a alegar, durante o processo, que havia perdido R\$ 1,7 milhão, mas os valores não chegaram a ser calculados por perícia.

Desinteresse do Governo

Apesar de ter discutido por 12 anos a ação no Judiciário, o Deter tinha o poder de anular o contrato antes. A Lei das Licitações determina que, quando há interesse público, a Administração pode rescindir unilateralmente o contrato. Posteriormente, indenizações poderiam ser discutidas no Judiciário. Legalmente, portanto, nada impedia a rescisão

efetiva do contrato.

Juscélia Momm, procuradora do Deter, considera que não havia interesse público urgente para a abertura de uma nova licitação: "O transporte público está funcionando", diz. No entanto, um estudo requerido pelo Deter, demonstrou que 34% da população era a favor do transporte marítimo em 2001. Foram entrevistados 12.680 passageiros, o equivalente a 30%, do transporte intermunicipal de Biguaçu, São José, Governador Celso Ramos e Palhoça. A pesquisa de viabilidade também concluiu que o transporte multimodal — quando há mais de um tipo integrado — diminuiria os custos operacionais e a emissão de poluentes.

Momm foi a presidente de uma comissão criada pelo Deter, na época, que

optou pela rescisão contratual no Judiciário. "Não entendo como a Netuno ganhou a licitação", diz Laurindo da Silva acompanhando o caso desde 1995. Ele é gerente em Joinville da empresa F. Andreis, que trabalha com transporte hidroviário desde 1961. "A Netuno tinha um projeto e ganhou a concessão. Depois ela vendeu para a F. Andreis, quando dois empresários nossos assumiram a Netuno", alega. "O Deter simplesmente embargou uma concessão que ia funcionar, bastava que eles fornecessem os terrenos". Com o fim do processo, a empresa Netuno será desconstituída, e a F. Andreis não considera voltar a tentar a concessão do transporte hidroviário na Grande Florianópolis.

Silvio dos Santos, gerente de infraestrutura aquaviária da Secretaria de Infra-Estrutura, afirma que desta vez vai ser diferente. Além de hoje o Deter assumir que é obrigado a ajudar a próxima concessionária, agora são várias licitações, ou seja, não é só uma empresa que vai fazer tudo: projetar, construir e operar o transporte hidroviário. Até o fim do ano serão abertas duas licitações para projetos da linha Biguaçu - Centro de Florianópolis. Após a escolha dos dois projetos, abre-se a licitação para a execução das obras. A última é para a empresa que vai operar o transporte, que só começa a funcionar depois de 2011.

Briga de poderes

Estado é responsável pelo serviço

Em 1996, a Prefeitura de Florianópolis tentou abrir uma licitação para uma linha de transporte marítimo entre Canasvieiras e Centro. O governo do estado anulou a licitação alegando que tal competência administrativa não era municipal. O Deter, órgão estadual, é responsável pelo transporte marítimo intermunicipal de passageiros. No entanto, cerca de 70% da demanda de transpor-

tes da Região Metropolitana de Florianópolis é municipal.

Valter Tamagusko, Chefe de Pesquisas e Projetos da Secretaria Municipal de Transportes, explica que é realmente difícil delimitar a divisão das águas entre os municípios da Grande Florianópolis. "Isso é uma briga de poderes. O ideal seria um acordo entre município e estado, para trabalhar em conjunto", diz.

Projeto aprovado de estrada para aeroporto protege reserva do Pirajubaé

Ponto essencial para viabilizar a construção do novo terminal, uma segunda ligação ao Aeroporto Internacional Hercílio Luz foi escolhida a partir dos estudos Eia/Rima, elaborados pela Fundação do Meio Ambiente (Fatma). A estrada margeando a Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé será uma alternativa à Avenida Diomício Freitas, único acesso atualmente.

A construção da via de acesso é de responsabilidade do governo do estado. A empresa licitada para realizar os projetos executivos — o primeiro passo de uma obra — é a Prosul. A previsão é que os projetos fiquem prontos no começo do ano que vem, e então sejam encaminhados à Fundação do Meio Ambiente (Fatma) para a expedição da Licença de Instalação, que autoriza o início das obras.

A reserva é uma unidade de conservação federal que contorna o bairro Carianos, onde fica o aeroporto (*ver mapa*). Segundo Vanessa Cataneo, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Bio-



diversidade (ICMBIO), órgão responsável pelas unidades federais de conservação, essa foi a melhor saída para a preservação do meio ambiente. "O novo acesso vai impedir que loteamentos avancem sobre a zona de amortização da unidade, ou seja, no entorno da reserva", diz Cataneo. Para isso, o novo corredor viário não terá ligações com o bairro.

A escolha foi feita em conjunto pela Infraero, pelo Departamento Estadual de Infra-Estrutura, além do ICMBIO e a Fatma, em reunião realizada no Ministério Público Federal em setembro.

Licitações atrasam prazo do PAC

O prazo previsto pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para a construção do novo terminal do aeroporto Hercílio Luz, até o ano que vem, não será cumprido. O cronograma estabelecia 36 meses para a construção, a partir de 2007. O governo federal estipulou a verba de R\$ 298 milhões, mas a Infraero afirma que não perderá o investimento.

As licitações, responsabilidade da sede da Infraero em Brasília, são o principal motivo do atraso. Há um projeto arquitetônico do aeroporto desde 2004, mas as licitações para os projetos executivos — com especificações de engenharia — não definiram uma empresa vencedora. Em abril deste ano, foi aberta a concorrência pública 10/2008, mas nenhuma empresa se inscreveu. A superintendência da Infraero em Florianópolis afirma que as empresas reclamaram do valor baixo, de R\$1,5 milhão.

Outra licitação (14/2008) foi revogada em setembro pela própria Infraero, após o Tribunal de Contas da União (TCU) suspendê-la em julho. A concorrência definiria uma empresa responsável pelas obras de terraplenagem, pistas de taxiway e pátio de aeronaves, com verba de R\$ 115 milhões. O TCU considerou haver indícios de irregularidades graves, como custos sobretaxados. O superintendente Gilton Lacerda, da Infraero Brasília, não sabe informar quando será aberta nova licitação. (R.M)

Novo acesso

Devido a ocupações irregulares recentes, o projeto da nova via terá de ser atualizado

— Av. Diomício Freitas
— Novo acesso



Imagens: Google Earth Fonte: Eia/Rima (Fatma) Infográfico: Italo Mendonça

Rafaela Mattevi



Mesmas exigências, poucas providências

Plano Diretor dos Transportes faz 30 anos; atualização exigida por lei municipal de 1999 não foi feita por falta de orçamento

Incentivar o uso do transporte coletivo, restringir o uso do carro, criar corredores preferenciais para ônibus, otimizar percursos e horários. Essas são algumas sugestões de urbanistas, engenheiros de tráfego e políticos para solucionar os problemas de trânsito e mobilidade. Mas não há novidade: as propostas citadas compõem os objetivos de médio prazo no Plano Diretor de Transportes Urbanos de 1978 – o primeiro e único que Florianópolis já teve.

O documento, que completou 30 anos, está guardado na biblioteca do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (Ipu), com páginas soltas e desordenadas.

“Hoje as obras do transporte se baseiam ou em dados muito antigos, ou em conjecturas”, diz Carlos Eduardo Medeiros, Secretário Municipal dos Transportes e Terminais. Para elaborar um novo plano é essencial uma pesquisa origem-destino, que consiste em perguntar para passageiros de carros e ônibus de onde eles vêm, para onde vão e qual o motivo da viagem (estudo, trabalho, lazer). Na capital, o estudo custaria R\$ 2,5 milhões; na Grande Florianópolis, como feito no Plano de 1978, R\$ 5 milhões – valor que a prefeitura considera elevado.

A lei complementar 034/1999, que regulamenta o transporte coletivo no município, exige que a prefeitura elabore um novo Plano. Por enquanto, o transporte é estudado pelo grupo de trabalho (GT) de Mobilidade do Plano Diretor Participativo. “Na área de transporte não existem

muitas pesquisas como deveria ocorrer para a definição das propostas”, analisa a coordenadora do GT, Vera Lúcia Gonçalves da Silva. A arquiteta diz que a contratação de uma pesquisa sobre o transporte coletivo está programada para 2009, com o objetivo de elaborar o Plano de Transportes de Florianópolis.

Heranças da informalidade

O sistema de transportes funciona há mais tempo que as estruturas organizacionais do poder público – a empresa mais antiga, a Canasvieiras, opera desde 1927 e o primeiro núcleo administrativo da prefeitura é de 1988. No início as permissões do serviço (*ver Box*) foram delegadas às empresas sem licitação. Com a lei federal 8.987/1995, esse tipo de outorga tornou-se ilegal, porém o artigo 43 valida casos anteriores à Constituição de 1988. Em Florianópolis, todos os contratos se enquadraram nessa situação.

A lei municipal de 1999 renovou por dez anos os contratos então vencidos ou em vigor por tempo indeterminado. O prazo é considerado longo para uma permissão. Em contrapartida, as empresas se responsabilizaram por implantar abrigos de passageiros, justifica a ex-prefeita Angela Amin no projeto de lei.

Em fevereiro de 2009 vencem todas as permissões (no total são 167, uma por linha), e a legislação municipal permite mais uma renovação de dez anos. Porém, o secretário dos transportes afirma que um edital de concorrência pública está em estudo. “A própria comunidade quer

a licitação”, diz. Mais informações serão divulgadas quando a proposta for aprovada pelo prefeito – o candidato reeleito, Dário Berger, prometeu em campanha abrir a licitação. A Secretaria dos Transportes pretende lançar o edital até o fim de novembro.

O processo pode atrasar se as atuais permissionárias se sentirem prejudicadas. Elias Sombrio, advogado do Sindicato das Empresas de Transporte Urbano de Florianópolis (Setuf), alega que as empresas ainda não recuperaram o capital investido em 2003 no Sistema Integrado. Sombrio afirma que, caso alguma delas perca a licitação, a prefeitura terá que pagar indenização, como consta na lei 8.987/1995.

Carolina Moura

Entenda

Concessão ou permissão

Permissões são uma forma de outorga de serviço público com prazos menores que concessões (geralmente de 5 a 8 anos). O poder concedente, neste caso a Prefeitura, pode rescindir o contrato a qualquer momento.

A licitação também é necessária, porém a modalidade não é especificada em lei – ao contrário das concessões, que só podem ser delegadas através de concorrência pública.

Movimentos estudantis se dividem em cobranças sobre o transporte coletivo

Com a proximidade do vencimento dos contratos de permissão das empresas de ônibus, os estudantes de Florianópolis se mobilizam para defender diferentes posições. Os idealizadores do Movimento Passe Livre (MPL), que já realizou várias manifestações contra o aumento da tarifa, e da campanha Licitação Limpa Já têm visões diferentes da situação. O MPL defende a municipalização do transporte, enquanto a campanha pela licitação pede a abertura de edital de concorrência no ano que vem.

A proposta do MPL mudou, desde o início do movimento. “Muita gente acha

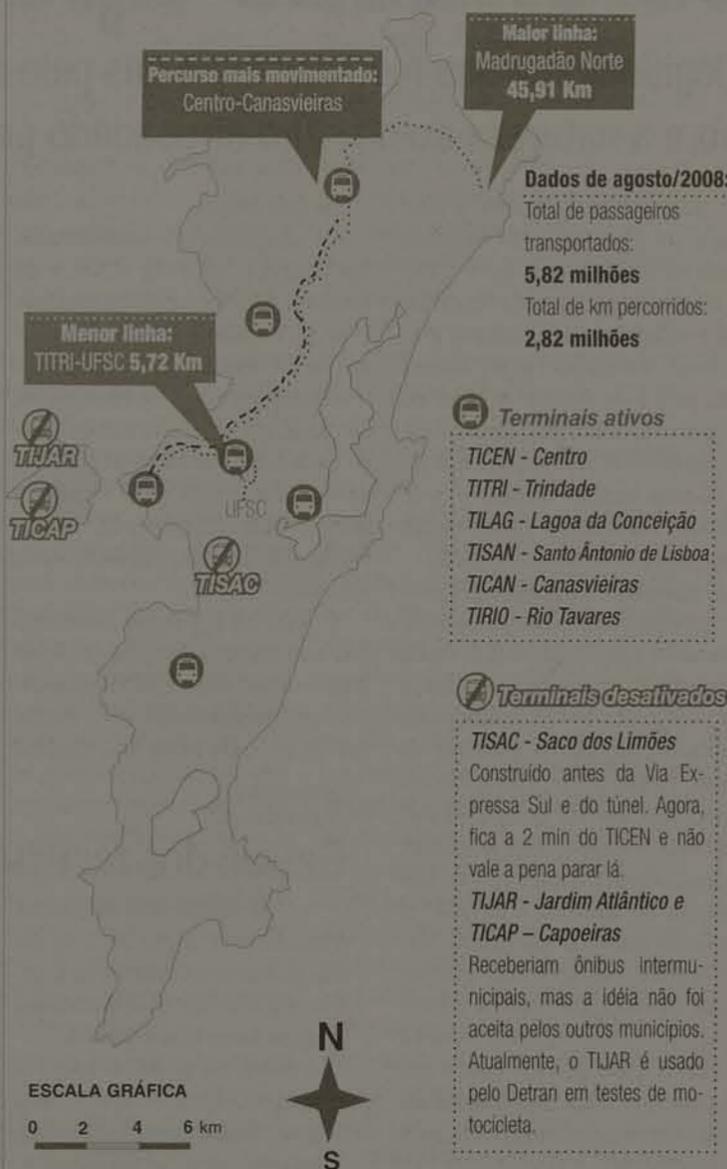
que nós defendemos o passe livre para os estudantes. Isso é pauta superada, hoje lutamos pela tarifa zero para toda a população”, explica Victor Calejon, estudante de geografia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ele acredita que, no regime de concessão, no qual empresas privadas que visam lucro operam o sistema, não é possível ter um transporte de qualidade sem altos custos para os usuários. Como a prefeitura não tem equipamento e funcionários, a ideia defendida pelo movimento é que, de início, o serviço seja terceirizado. Isso seria um momento transitório, até que seja possível ter um

transporte totalmente público.

Lucas de Oliveira, um dos fundadores do MPL que agora lidera a Licitação Limpa Já, não acredita que o serviço público tenha maior qualidade que o privado. Nem mesmo acha que a licitação irá resolver todos os problemas do transporte, mas considera a concorrência como incentivo para um melhor serviço prestado. “O grande benefício seria quebrar o monopólio de mais de 30 anos do transporte coletivo”, complementa. A campanha arrecadou 15 mil assinaturas desde março e o próximo passo, ainda sem data marcada, será entregá-las na prefeitura. (C.M)

Ônibus em Florianópolis

Empresas permissionárias: Insular Transportes Coletivos, Emflotur, Transporte Coletivo Estrela, Transol Transporte Coletivo, Canasvieiras Transporte Ltda.



Dados de agosto/2008:
Total de passageiros transportados: **5,82 milhões**
Total de km percorridos: **2,82 milhões**

Terminais ativos
TICEN - Centro
TITRI - Trindade
TILAG - Lagoa da Conceição
TISAN - Santo Antônio de Lisboa
TICAN - Canasvieiras
TIRIO - Rio Tavares

Terminais desativados
TISAC - Saco dos Limões
Construído antes da Via Expressa Sul e do túnel. Agora, fica a 2 min do TICEN e não vale a pena parar lá.
TIJAR - Jardim Atlântico e TICAP - Capoeiras
Receberiam ônibus intermunicipais, mas a ideia não foi aceita pelos outros municípios. Atualmente, o TIJAR é usado pelo Detran em testes de motocicleta.

FROTA

Veículos: 464 ônibus

Viagens diárias: 5.500 em média

Vida útil do ônibus: 10 anos

Quebras diárias: 11 em média



Se em cada viagem há cerca de 50 passageiros, são 550 pessoas afetadas por dia

TARIFA

O lucro mensal de R\$828.686 do sistema integrado é dividido igualmente entre as empresas. As com custos menores, que operam no centro e continente, repassam parte da tarifa recolhida para as que cobrem maiores distâncias (norte e sul da ilha)



Subsídio: Neste ano, a prefeitura passou a cobrir parte dos custos com combustível e com salários **0,12 centavos por passageiro**

Fonte: Secretaria Municipal dos Transportes e Terminais (SMTT) | Infográfico: Ítalo Mendonça



O acordo, que reserva parte dos recursos do Sistema S a vagas gratuitas, foi assinado em julho deste ano e continua gerando polêmicas. Governo e entidades do sistema discutem em torno de um dinheiro que tanto pode ser considerado público ou privado

Acordo do Sistema S gera polêmicas após assinatura

A legitimidade das medidas impostas pelo acordo é contestada. Falta consenso sobre a natureza do dinheiro arrecadado pelas entidades participantes do sistema

A polêmica que envolveu a assinatura, em 22 de julho, do chamado Acordo do Sistema S (*ver box*) acalorou discussões e fez surgir a pergunta: qual a necessidade de se instituir protocolos de conduta para as instituições participantes do sistema? A partir do ano que vem, Senai, Sesi, Senac e Sesc deverão destinar percentuais crescentes de suas receitas líquidas – hoje aplicadas livremente – para bancar vagas gratuitas em cursos técnicos.

A legitimidade da medida proposta pelo governo é contestada pela falta de consenso se a principal fonte de renda do Sistema S – a receita compulsória (*ver infográfico*) – é considerada pública ou privada. O professor de Direito Financeiro e Tributário da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Ubaldo César Balthazar, explica onde está o impasse: “de fato a origem do dinheiro é privada, já que são as empresas que pagam. Mas elas apenas recolhem essa quantia porque são obrigadas por lei a fazê-lo, ou seja, a natureza dessa receita é pública. O que o governo quer é que eles assumam mais responsabilidade pública em virtude de todo o dinheiro que arrecadam.”

A versão do acordo assinada em julho deste ano não é tão dura como a proposta inicial. O projeto de lei enviado, em abril, pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, previa, entre outras mudanças, a criação de um fundo nacional, que receberia os recursos destinados ao Sistema S antes de eles serem destinados às instituições, privando-as da autonomia de gestão.

Os dois lados

Os dirigentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Confederação Nacional do Comércio (CNC) – responsáveis pela administração do Senai, Sesi, Senac e Sesc – acusam o governo de estatização, alegando que o sistema não foi criado para dar sustentação às políticas educacionais, mas para formar a mão-de-obra exigida pelo desenvolvimento dos diferentes setores da economia.

O MEC afirma que o Sistema S não tem transparência na gestão de seus recursos. Em um debate promovido pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em 16 de maio deste ano, Haddad

disse que o sistema é uma caixa-preta e que em seus sites não há uma única cifra, que nada é divulgado.

O diretor regional do Senac SC, Rudnei Raulino, acusa o governo de não reconhecer os serviços já prestados por eles. “Parece que não fazíamos nada antes do governo federal descobrir o Sistema S”, diz. O acordo considera gratuito apenas aquilo que é oferecido sem nenhum custo ao estudante. Os subsídios – descontos parciais – já dados pelas instituições não estão incluídos nesse conceito. O último balanço do Senai mostra que a gratuidade, incluindo subsídios, em 2008, chega a 35% das vagas. Já o Sesi contabiliza 27,7%.

Para alcançar a meta prevista pelo acordo, os diretores prevêem uma diminuição de turmas e cursos, já que sem a utilização de parte da receita operacional – aquela que agora será destinada a gratuidade – não será possível manter o mesmo número de cursos e alunos. “Com o oferecimento dos subsídios, é possível manter uma turma de 30 alunos, por exemplo, em que metade seja subsidiada. Os que pagam cobrem os gastos dos demais”, explica Arruda.

Outro ponto de discórdia se dá quanto à seleção das pessoas que receberiam tal gratuidade. Segundo consta no documento, aquele que se auto-declarar com renda insuficiente tem direito à gratuidade total. “É completamente esdrúxula essa medida, porque se alguém vier com uma BMW e assinar a declaração com uma caneta Montblanc, eu vou ter que aceitar”, contesta o diretor do Senai SC.

Fiscalização

A Secretaria de Educação do Estado seria a responsável por verificar se as instituições de Santa Catarina estão cumprindo as metas previstas pelo acordo. Porém, segundo a coordenadora de educação profissional, Édna Corrêa Batistotti, ainda não receberam nenhum documento proveniente do ministério que explicasse como deveriam proceder quanto ao Sistema S. “O ministro apenas pediu nosso apoio”, explica.

Bárbara Dal Fabbro

Entidades estavam intocadas desde sua criação, há 60 anos

O acordo firmado entre confederações empresariais e governo, em julho deste ano, foi o primeiro a instituir mudanças no Sistema S desde a sua criação. Até então, as entidades beneficiadas pelo sistema eram livres para gerenciar seus recursos – a maior parte de origem tributária.

A contribuição compulsória é cobrada sobre a folha de pagamento das empresas e é respaldada pela Constituição Federal. O artigo 149 prevê três tipos de contribuições que podem ser instituídas exclusivamente pela União, entre elas a de interesse das categorias profissionais.

O Sistema S foi criado nos anos 40 e reúne um conjunto de entidades privadas. Tem como objetivo formar mão-de-obra para atender ao desenvolvimento da economia e prestar aos trabalhadores de suas áreas serviços de assistência social e cultural. Do acordo, participam apenas as entidades ligadas à indústria e ao comércio – Senai, Senac, Sesc e Sesi.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e o Serviço Social do Comércio (Sesc) foram criados em 1946 pela Confederação Nacional do Comércio (CNC) no governo Dutra, por meio dos decretos-lei 8.621 e 9.853, respectivamente. O Senac passou a oferecer educação profissional destinada à formação e preparação de trabalhadores para o comércio, como o curso Menor Aprendiz. O Sesc se empenha em proporcionar acesso ao esporte, lazer e bem-estar.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) foi criado em 1942, pelo decreto-lei 4.048 do então presidente Vargas. Surgiu para atender a uma necessidade do setor – mão-de-obra especializada para a indústria de base. Já o nº 9.403, assinado por Dutra em 1946, atribuiu à Confederação Nacional da Indústria (CNI) a criação, direção e organização do Serviço Social da Indústria (Sesi). (B.F)

Acordo

Gestão dos recursos ainda é privada

O acordo assinado pelas confederações empresariais e pelo governo, em 22 de julho deste ano, estabeleceu regras para o uso de parte dos recursos do Sistema S. O restante poderá ser aplicado livremente pelas instituições.

A partir do ano que vem, os serviços de aprendizagem da indústria (Senai) e do comércio (Senac) deverão destinar percentuais crescentes de suas receitas líquidas para bancar vagas gra-

tuitas em cursos técnicos.

Nos serviços sociais (Sesi e Sesc) uma parcela também crescente da receita deverá ser aplicada em educação e metade dessa parcela, em gratuidades.

As verbas provenientes da receita compulsória, porém, não sofrerão nenhuma alteração por se tratar de uma porcentagem fixa de contribuição das empresas.

Senac e Senai devem alcançar, em 2014, o comprometimento de 66,6% da receita líquida à vagas gratuitas.

	Senac	Senai
2009	50%	20%
2010	53%	25%
2011	56%	35%
2012	59%	45%
2013	62%	55%
2014	66,6%	66,6%

Para Sesc e Sesi, a meta é que 1/6 dos recursos seja destinado ao mesmo fim:

	Sesc	Sesi
2009	5%	6%
2010	7,5%	7%
2011	10%	10%
2012	12,5%	12%
2013	15%	14%
2014	16,67%	16,67%

Entenda o financiamento do Sistema S

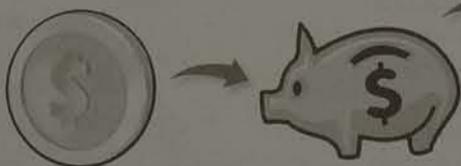
As entidades do sistema arrecadam dinheiro de duas maneiras, através da *receita compulsória* e da *receita operacional* que funcionam da seguinte forma:

O que é receita compulsória?

A receita compulsória provém de uma contribuição que as empresas do comércio e da indústria destinam às entidades que prestam serviços de educação, saúde, esporte e lazer aos trabalhadores.

Sua origem é privada, pois o dinheiro vem da folha de pagamento das empresas. Porém, sua natureza é pública por se tratar de uma contribuição obrigatória, instituída pelo artigo 149 da Constituição Federal.

Receita compulsória



Comércio e Indústria
As empresas do comércio e da indústria recolhem 2,5% todo mês, sobre a folha de pagamento, e repassam ao INSS.

INSS
O INSS distribui esse valor entre as entidades participantes do sistema.

Distribuição

SENAC
(1% da folha de pagamento do Comércio)

SESC
(1,5% da folha de pagamento do Comércio)

SENAI
(1% da folha de pagamento das Indústrias)

SESI
(1,5% da folha de pagamento das Indústrias)

Receita operacional



O público paga, “no balcão”, ao Sistema S pelos serviços escolhidos.

O aumento do número de alunos na UFSC, uma exigência do Reuni, não é acompanhado na mesma proporção por adaptações na infra-estrutura. Enquanto as obras estão atrasadas, há previsão de 20 novos cursos funcionando em 2010



UFSC recebe R\$ 6 milhões para realizar as obras do Reuni

Para 2009, há 476 novas vagas, mas as obras que devem estar prontas até a metade do ano que vem ainda não começaram

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) recebeu do Ministério da Educação (MEC) R\$ 6 milhões para investir em obras. O dinheiro veio em função do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o Reuni (*ver box*). De acordo com o projeto para este ano, as modificações na infra-estrutura devem estar prontas até a metade de 2009, mas até o fechamento desta edição, nenhuma havia começado.

As obras em questão são a ampliação dos prédios do Centro de Educação (CED), do Restaurante Universitário (RU) e da Moradia Estudantil. Também estão previstas a construção de um conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem no campus de Curitiba e dois novos prédios - um no Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM) e outro no Centro de Ciências Agrárias (CCA).

Em outubro entraram em processo de licitação as obras da Moradia Estudantil, do RU, do prédio do CFM e do conjunto de salas em Curitiba. A construção do Centro de Ciências da Educação "já começa agora", segundo o vice-reitor da UFSC, Carlos Alberto Justo da Silva, o Paraná. Mas, por enquanto, o prédio que será derrubado para dar lugar ao novo continua lá.

De acordo com o vice-reitor, o atraso na ampliação do RU se deve ao fato de que, ao longo do ano, o projeto sofreu modificações. "Vamos terminar a licitação e ver se a empresa consegue fazer isso [a reforma] durante os meses de recesso, mas não temos



As construções de madeira do CED já deveriam ter sido substituídas por prédio novos

certeza ainda", afirma Paraná. Estava prevista também a contratação de 40 novos professores. Até agora, 30 vagas foram liberadas pelo MEC, condição essencial para a abertura de novos concursos.

Novas vagas

No ano que vem, 4.571 alunos ingressarão na universidade. São 476 a mais que em 2008. O aumento se deve à criação de três cursos novos (Ciência e Tecnologia Agroalimentar, Licenciatura em Química e Relações Internacionais), a duas novas habilitações do curso de Design (Design de Produtos e Design de Animação) e, ainda, à ampliação do número de vagas de 19 cursos já existentes. É a maior oferta de vagas da história da UFSC.

Esse é só o começo de um projeto muito maior. Ao fim do programa, em 2012, a UFSC deve ter implantado três novos campi (Araranguá, Join-

ville e Curitiba), aumentando o número de vagas para 6.380 e criado 26 novos cursos.

Financiamento

As verbas do Reuni são somadas aos recursos próprios da universidade e quem gerencia essa distribuição é a reitoria. O dinheiro é liberado à medida que cada etapa prevista no projeto é concluída. "Por exemplo, se licita um prédio que custa R\$ 5 milhões. Terminado esse processo de licitação, a universidade envia um pedido ao MEC e o dinheiro é liberado", explica Paraná.

O projeto prevê que a UFSC receberia R\$ 11 milhões para as obras de infra-estrutura deste ano. Segundo Mário Kobus, coordenador de finanças do Reuni, além dos R\$ 6 milhões que já estão na universidade, também chegaram R\$ 932.107 para a compra de material permanente e R\$ 1.372.711 para serem gastos em serviços.

A prestação de contas ocorre através de um sistema online, alimentado pelo Escritório Técnico Administrativo da UFSC (ETUSC). Assim, o governo federal controla o que está sendo feito na universidade e se programa para liberar as verbas. Segundo o diretor do Departamento de Ensino e Graduação, Carlos Pinto, a instituição pode, por exemplo, ter se comprometido a criar um curso novo, mas, se em lugar disso forem ampliadas vagas de cursos já existentes, a verba vem do mesmo jeito.

Thiago Bora

Cursos criados em 2008 sofrem com falta de estrutura adequada

Os cursos de Artes Cênicas, Oceanografia e Zootecnia, criados em 2008, concluíram as duas primeiras fases da grade curricular enfrentando problemas. As salas são insuficientes, há carência de laboratórios e professores e, no caso de Artes Cênicas e Oceanografia, inexistem um departamento próprio.

No curso de Zootecnia, a primeira fase iniciou sem nenhuma das expansões previstas no projeto CCA-Reuni, como novas salas de aula e laboratórios para aulas práticas que devem ser construídos na Fazenda da Ressacada.

Para 2008, os investimentos do Reuni garantiram uma ampliação de 800 metros em um bloco já existente. As outras reformas serão concluídas em 2011. O ZERO entrou em contato com o coordenador do curso, o professor José Carlos Padilha, que não quis se pronunciar a respeito.

Oceanografia enfrenta problemas parecidos com os de Zootecnia. Os laboratórios e materiais utilizados nas aulas são usados por alunos de outras graduações, como Biologia e Química. Faltam também equipamentos como embarcações de pequeno e grande porte. Devido à falta de estrutura, ficou decidido que apenas uma turma seria aberta este ano - diferente da maioria dos cursos em que um turma começa no primeiro semestre e outra no segundo.

Em outubro, foi realizado concurso para a primeira contratação de professor, que dará aulas de geologia geral e atenderá a Oceanografia e Geografia.

O projeto de implantar esses cursos

na UFSC é anterior ao Reuni. Oceanografia, por exemplo, vinha sendo estudado há 10 anos. "Eu acho que eles iriam ser implantados se não tivesse o Reuni. É que implantar um curso não é de uma hora para outra", diz o diretor do Departamento de Ensino e Graduação, Carlos Pinto.

O ex-coordenador do curso de Oceanografia, Norberto Olmiro Horn Filho, acredita que é possível superar as carências antes de a primeira turma que ingressou no curso chegar à terceira fase. "O que temos não é o ideal, mas o grupo que idealizou o projeto de implantação concordou em enfrentar o desafio de construir o curso aos poucos", afirma Horn.

Segundo a coordenadora do curso de Artes Cênicas, Alai Garcia Diniz, dois anos antes de o curso ser incorporado ao projeto do Reuni, já haviam começado a trabalhar no seu projeto pedagógico. "Na verdade, só foi se perceber que os espaços previstos não poderiam ser usados quando o curso já tinha sido implantado e o vestibular já tinha acontecido", diz a coordenadora.

O único espaço de aula pertencente à Artes Cênicas é a sala 402 do CFM, que foi reformada com recursos do Reuni. Através do programa também efetivaram um professor e abriram concurso para contratar outro. O curso ainda não possui departamento nem secretário-administrativo.

Thiago Bora com reportagem de Carolina Grando

Aumento de vagas em 2010 será três vezes maior que o do ano anterior

Três cursos novos estavam no edital do vestibular 2009 da UFSC, que fechou dia 9 de outubro. Para o ano que vem, a ampliação será maior. Está previsto no projeto do Reuni a oferta de 20 novos cursos em 2010, que ficarão distribuídos entre os campi de Florianópolis, Araranguá, Curitiba e Joinville, contabilizando 1.100 vagas a mais.

Esses cursos ainda não foram aprovados pela Câmara de Ensino e Graduação e também não há estrutura adequada para receber os alunos novos. A solução encontrada, segundo o diretor do Departamento de Ensino e Graduação, Carlos Pinto, foi criar, excepcionalmente, um vestibular suplementar em julho de 2009. São seis meses a mais para que se cumpra com as promessas previstas no projeto do Reuni para o ano que vem. "Vamos tentar fazer tudo o mais rápido possível para o vestibular de julho", justifica o diretor.

Somando os 20 cursos novos à ampliação dos 21 já existentes, o vestibular de 2010 irá oferecer 1485 novas vagas, aumento três vezes maior do que o do ano anterior. É a maior expansão prevista pelo Reuni na UFSC.

Para possibilitar a educação de um número crescente de alunos que irá ingressar na universidade daqui em diante, é prevista a contratação de 90 professores e 40 servidores técnico-administrativos. Além da construção dos campi de Araranguá, Curitiba e Joinville, de salas de aula, ambientes de aprendizagem e laboratórios no campus de Florianópolis e da climatização da Biblioteca Central.

O vice-reitor considera que o Reuni não deve beneficiar apenas parte da universidade, mas a instituição como um todo. "No meu entendimento, o Reuni foi um investimento para que as universidades federais pudessem expandir", diz. (T.B)

Reuni

Dois bilhões de reais em quatro anos

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni - do Ministério da Educação (MEC), foi lançado em abril de 2007.

O Reuni prevê o aumento gradativo do acesso e permanência dos estudantes na educação superior.

As principais metas são:

- aumentar a taxa de conclusão dos cursos para 90%, diminuindo a evasão.

- alcançar a relação de um professor para cada 18 alunos - hoje esse número é de 1/14

O governo prevê a liberação de R\$ 2 bilhões para serem distribuídos entre as 59 universidades que aderiram ao programa.

Em outubro de 2007, o projeto do Reuni tramitou pela reunião do Conselho Universitário (Cun) da UFSC em caráter de urgência. Assim, nenhum dos conselheiros pôde revisar e analisar as propostas. A justificativa do reitor em exercício, Arivaldo Bolzan, foi exatamente que a votação não fosse atrasada por pedido de vistas.



"O que temos, no momento, é, digamos assim, 'eu sei fazer'. Olha como eu sei dirigir? Olha como eu sei atuar? [...] Mas o todo não se completa."

Trecho da crítica *Desencontros de uma queda*, de Aline Valim

Crítica misteriosa põe anonimato em debate

Polêmica sobre a identidade da blogueira Aline Valim divide opiniões e questiona qualidade da análise teatral catarinense

"O jogo com o público não acontece e a dramaturgia do espetáculo não se revela", comenta Aline Valim na crítica *Desencontros de uma queda*. Publicado no *Diário Catarinense* de 13 de setembro de 2008, o texto é sobre o monólogo *Simulacro de uma Solidão*, dirigido por Jefferson Bittencourt e protagonizado por Marisa Napolini. Valim fala da composição de cena, do jogo de luzes e da atuação de Napolini e resalta alguns aspectos em que a peça, em sua opinião, deveria ser melhorada. Diretor e atriz fizeram questão de responder à crítica e revelaram que Aline Valim não passa de um pseudônimo. Até o fechamento desta edição, sua identidade continuava gerando especulações.

Na semana seguinte à publicação da crítica, veio a repercussão. O artigo *Sobre ética e crítica em tempos de internet*, de autoria de Bittencourt e Napolini, contestou a função social da crítica anônima, desqualificando o discurso de Valim e de outra blogueira, Sara Kane, também um pseudônimo. Kane publicou críticas teatrais em seu blog entre setembro de 2006 e setembro de 2007 e também foi responsável por animosidades no meio teatral catarinense. A partir de então, atores, diretores, escritores, estudantes, críticos e professores se posicionaram em relação à polêmica: de um lado, há quem defenda o anonimato como refúgio para a irresponsabilidade de quem critica; de outro, há quem pense que o importante é o discurso da crítica, e não seu autor.

A discussão ganhou espaço nas páginas do caderno de cultura do *DC* nas semanas seguintes, com textos do escritor Amílcar Neves e do professor de lin-

güística Heronides Moura, conhecido como Heron. Até o blog de Sara Kane, inativo há mais de um ano, voltou a receber postagens. Aline Valim, centro da polêmica, parou de escrever para o jornal e seu blog foi removido.

Crítica em crise

Para dar novo fôlego à discussão, o poeta Marco Vasques — que estimula o mistério das identidades de Valim e de Kane — organizou no dia 3 de outubro um encontro entre escritores e intelectuais no bar do Centro Integrado de Cultura (CIC), o Café Matisse.

Juliana Sakae



Discussão ganhou força com camisetas

No local, a venda de camisetas com os dizeres "Eu sou Aline Valim" e "Vá ao teatro com Aline Valim" mostravam que a questão não se concentrava mais na identidade secreta da crítica. O professor Moura explica: "A situação atual só denota a crise pela qual a crítica cultural local vem passando, e esse episódio foi para atentar as pessoas para a

realidade. E isso não ocorre apenas no teatro, mas na música e na literatura também".

Críticos locais conhecidos, como Edécio Mostaço e Eliane Lisboa, não escrevem mais para os jornais catarinenses e não foram substituídos por novos profissionais. "De fato, se houvesse incentivo à formação de críticos ou ao exercício do debate artístico, fenômenos como Valim e Kane não teriam atingido proporções exageradas", completa Moura. O professor Stephan Baumgärtel, que leciona a disciplina de crítica cultural no curso de Artes Cênicas da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), aponta uma das causas do problema. "Falta interesse da mídia local em fazer uma cobertura cultural de qualidade", afirma. Já Amílcar Neves acredita que a falta de profissionais na área seja graças à vaidade que prejudica as relações entre os envolvidos na produção de um espetáculo e os críticos.

Valim criou um novo blog (www.dossievalim.blogspot.com). Após a repercussão do caso, resolveu fazer uma compilação do conteúdo que a envolveu e publicou em seu espaço virtual. Críticas e polêmicas parecem estar fora dos objetivos deste novo capítulo, pelo menos por enquanto. Mas quem mais tem a perder com esta falta é o público leigo, segundo o mineiro Sábado Magaldi, respeitado nacionalmente por seus sessenta anos de experiência como crítico teatral. Para ele, "a crítica bem elaborada enriquece culturalmente o espectador". Ao ser questionado sobre a questão do anonimato, Magaldi é taxativo: "É uma sem-vergonhice".

Reportagem de Celso Rondon Filho

Professores discutem estruturação da crítica e a necessidade de base teórica

Além do anonimato, a polêmica em torno de Aline Valim desencadeou debates sobre a formação do crítico cultural. A discussão aborda a diferença entre a crítica de opiniões e "impressões pessoais", como foram qualificados alguns dos textos da autora. Apesar de não invalidar a opinião de Valim, a qualificação expõe a falta de base teórica em suas críticas.

Stephan Baumgärtel, professor de crítica cultural na Udesc, diz que, em termos

conceituais, a crítica se constrói em três momentos: apresentação do espetáculo, análise técnica e, por fim, argumentação sobre a função social e relevância da obra. Todas devem ser baseadas em princípios estéticos e expor a discussão que a peça se propõe a trazer. Pode concordar ou não com seu conteúdo e, ainda assim, avaliar que o espetáculo cumpriu seu objetivo. O mais importante é que a crítica promova o debate estético, ou seja, a re-

flexão sobre o valor artístico da obra.

Os currículos dos cursos de Artes Cênicas da UFSC e da Udesc, com respectivas 60h e 36h dedicadas ao ensino da crítica teatral, mostram que a formação de críticos é um objetivo secundário. O professor de lingüística Heronides Moura considera que há falta de interesse dos alunos em exercer a crítica, por ser uma atividade de risco e sempre sujeita a represálias. (C.R.F.)



Carolina Faller Moura

Andrey e a Baba é umas das 14 bandas associadas e ganhou visibilidade no Clube da Luta

Clube da Luta quebra os limites do Célula e vai parar na MTV

Na cortina de plástico que dá para o banheiro, a proposta: "o Clube da Luta não convida, convoca". Enquanto o show não começa, o telão distrai e o caça-palavras estampado na parede diverte os curiosos. As bandas da noite são três das 14 associadas ao Clube da Luta. Pop rock, reggae, rock 'n roll, MPB, rock com peixe frito e funk, unidos pelo ideal da música independente. A ideia tem dado certo. O Clube, que já é até tema de debate acadêmico, se apresentou em grandes eventos no estado — como o Planeta Atlântida e o Festival de Outono de Florianópolis — e também em Porto Alegre, Rio de Janeiro e Curitiba. Agora, a aposta é uma parceria com a MTV.

Sexta-feira não é noite de *cover*. A ideia de unir grupos de música autoral em Florianópolis foi de Márcio Costa, guitarrista da Tijuquera. Marcinho, inspirado no Movimento Popular Carioca, importou a ideia para a ilha em setembro de 2006 e fundou o Clube da Luta, realizado inicialmente no Fios & Formas, antigo salão de cabeleireiro embaixo da Ponte Hercílio Luz. Em janeiro deste ano, foi para o Núcleo Célula Cultural, que também é palco de outros eventos, no bairro João Paulo.

Os ingressos custam R\$5 ou, após às 23h, R\$10. Com capacidade para 350 pessoas, o faturamento médio da casa é de R\$1500 por noite. Mas, para as bandas, nada de cachê. O dinheiro paga os custos de cerca de R\$500 e o restante vai para a divulgação. "Não ganhamos nada. É como uma cooperativa, cada um contribui com a sua platéia", diz Vina, do Da Caverna. O grupo saiu da garagem quando entrou para o Clube, mas ainda não vive de música, como a grande maioria das bandas associadas, formadas por músicos de 20 a 50 anos. Algumas começam a chegar perto desse ideal. É o caso da Aerocirco e da Mal-tines, finalistas do programa Gassound da Rede TV!.

Na internet, o Clube da Luta é conhecido. No site *Myspace*, foi destaque das cenas locais do Brasil e a comunidade do *Orkut* tem mais de mil

membros. Agora, veio a parceria com a MTV. A ideia é veicular, nos intervalos comerciais, vinhetas sobre o Clube, que também será mencionado pelos VJs. O evento será divulgado, enquanto preenche a programação da emissora. "Já temos o contrato, que será feito em forma de permuta", diz Marcinho. Uma das vinhetas está pronta, esperando o fim das negociações para entrar no ar.

Questionado se a aparição no canal de TV não seria uma submissão à indústria cultural que contraria o ideal de independência das bandas, Ulysses Dutra — guitarrista da Coletivo Operante — afirma que o Clube viu na proposta da MTV uma chance de atingir maior público.

No dia 28 de outubro, o debate *Produção e circulação da música independente em Santa Catarina*, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), abordou o Clube nas discussões. André Guesser, um dos organizadores do evento, estava entre os convidados. "Floripa está vivendo seu melhor momento de música independente", considerou o guitarrista da Samambaia Sound Club.

O estudante Fernando Barbosa freqüente o Célula e o define como o lugar mais alternativo da cidade. "É para a galera que não se enquadrou no sistema de música eletrônica e enlatada". O vocalista e guitarrista de uma de suas bandas preferidas, o Vina do Da Caverna, diz que além do preconceito contra a música autoral, falta educação musical. "O pessoal está acostumado a ouvir música de fora e não valoriza a própria", lamenta.

Em reuniões semanais, os integrantes planejam a construção de um escritório para o Clube e dividem funções, como produção artística, vendas e contabilidade. "O próprio nome Célula é uma metáfora de uma estrutura que se organizou, criou limites", explica Zé da Silva, guitarrista da Andrey e a Baba do Dragão de Komodo.

Luisa Frey com reportagem de Márcio Barcellos



Campanha fiscaliza academias de SC

Os próprios alunos desconhecem os requisitos previstos em lei para assegurar a saúde e a higiene nos locais

Com a proximidade do verão, o número de frequentadores das 1,4 mil academias do estado registradas no Conselho Regional de Educação Física (CREF/SC) aumenta em torno de 40%. Muitas pessoas se matriculam sem atentar para critérios importantes, como as condições sanitárias do ambiente. O presidente do CREF, Marino Tessari, diz que o maior problema atualmente é a falta de interesse dos usuários na segurança da academia. "As pessoas não procuram informação nem sobre o mínimo, que é saber se o orientador da atividade é habilitado."

A escolha do local geralmente é feita pela proximidade à residência e pelo menor custo. Foram esses fatores que levaram Marcos de Luca Maciel, estudante de Medicina da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a optar por uma academia no bairro Trindade, no início do semestre. O universitário diz não ter idéia do que é necessário para o funcionamento regular de um estabelecimento desportivo. Gustavo Roberto, que estuda Engenharia Química na UFSC e frequenta o mesmo lugar há três meses, fez a escolha por ser perto de casa. Roberto também não sabe quais as condições básicas que a academia deve oferecer, mas justifica que gosta do ambiente. "É legal o jeito que as coisas funcionam por aqui, o uso da toalha nos aparelhos é obrigatório e todos sempre deixam o peso no lugar".

Para conscientizar as pessoas quanto aos requisitos sanitários obri-

gatórios, a Diretoria de Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde (DIVS/SES), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e o CREF lançaram uma campanha educativa, em nível estadual. Foram distribuídos 30 mil folders e cartazes com orientações sanitárias e descrição dos padrões de piso, paredes, iluminação, ventilação, material para a higienização de colchonetes e equipamentos adequados. Os estabelecimentos de Balneário Camboriú, Itapema e Joinville foram os primeiros vistoriados e seis academias joinvilenses foram interditadas pela falta de alvará sanitário e ausência de um profissional responsável no momento da visita. Nos municípios de Videira e Chapecó, os ajustes de conduta das academias infratoras estão em andamento junto ao Ministério Público Estadual (MP/SC). Apenas dois locais de Florianópolis receberam a visita, um dia após o lançamento da campanha. Segundo Marli Trentin, gestora do CREF, não há previsão para a vistoria nas demais academias da capital.

A inspeção já era feita anualmente pelo Conselho. Durante uma ou duas semanas em que fica na região, o fiscal verifica se os profissionais são registrados no CREF, se o local possui alvará de funcionamento e se há pelo menos um responsável técnico, formado em Educação Física, disponível em tempo integral. O técnico deve orientar os associados na utilização dos equipamentos e nas atividades físicas. Trentin explica que não existe uma definição de quantos profissionais devem ser contratados, em relação ao número de alunos

de um estabelecimento. "Isso cabe ao bom senso do proprietário".

Observadas irregularidades, o estabelecimento é avisado e tem até 30 dias para fazer as mudanças. Se o pedido for negligenciado, é feita uma nova solicitação. "Não há casos de academias que desrespeitaram os pedidos de alterações. Se houver, o problema será encaminhado ao MP, Delegacia Regional do Trabalho ou Vigilância Sanitária, que aplicará uma multa", esclarece Juliano Pra, supervisor de pessoa física e jurídica do CREF. A ANVISA fiscaliza no caso de denúncia ou quando há solicitação de alvará sanitário.

Para Tessari, a contratação de estagiários é o problema mais preocupante. A única especificação para o estágio em Educação Física está na resolução de 2004 do Conselho Nacional de Educação: deve ocorrer a partir da 5ª fase e o acadêmico precisa ser supervisionado por um profissional registrado no CREF. "Já vi academia anunciando precisar de estudante com experiência em musculação. Não dá! O aluno deve ser assistente do profissional e não tomar a responsabilidade que atribuem a ele, por conveniência", diz Tessari. O ideal é o estudante ter um plano de estágio coberto pela universidade, trabalhar 4 horas diárias e receber bolsa no valor de um salário mínimo. Ele recomenda solicitar ao instrutor a apresentação da Cédula de Identidade Profissional e verificar se a empresa está regularizada na ANVISA e no CREF.

Saúde

Um dos maiores problemas a que



Laura Daudén

Roberto e a instrutora Regiane: "É preciso ter sutileza com os alunos que exageram na carga"

as pessoas estão sujeitas em uma academia é a sobrecarga. A partir da experiência com seus pacientes, o médico responsável pelo setor de ortopedia do Hospital Universitário da UFSC, Ari Moré, afirma que, ao se matricular, o aluno costuma fazer qualquer exercício, na frequência que escolher, mesmo que não esteja habituado à prática regular de atividade física. Uma das possíveis conseqüências graves é a osteoartrose, avanço da degeneração

cartilaginosa. "A pessoa desconhece o problema até começar a fazer exercícios físicos. Se a prática é inadequada, a doença se desenvolve". Os principais sintomas da osteoartrose são dores por todo o corpo, inchaços, sinais de inflamação nas articulações, rigidez articular e falta de firmeza ao realizar movimentos.

Matheus Joffre com colaboração de Janaina Cavalli

Cidadania

Como denunciar irregularidades

O usuário que for lesado em uma academia de ginástica de Florianópolis deve ligar para o Pró-cidadão, da Prefeitura. O telefone do Centro de Atendimento ao Cidadão é (48) 3251-6400. "As reclamações mais comuns são de equipamentos velhos, professores sem registro e uso de anabolizantes", afirma Thiago Noguti, fiscal de vigilância em saúde. No site do CREF também há uma página para denúncias, e o nome da pessoa é mantido em sigilo. A sede do Conselho atende reclamações pelo telefone (48) 3241-2447. Juliano Pra, supervisor de atividades físicas do CREF, diz que as academias regularizadas costumam deixar o quadro técnico — listagem com todos os profissionais, suas funções e números de registro — exposto na recepção.

Os itens exigidos na lei 10.361 de janeiro de 1997, que disciplina o funcionamento de clubes, academias e outros locais que ministram atividade física, são: o alvará

sanitário, a presença do responsável técnico, termo de responsabilidade técnica e, para alguns lugares, o livro de piscina, com informações sobre o cloro e o PH da água. A lei estadual 13.679, de 2006, obriga a exibir placas de advertência sobre o risco de uso de anabolizantes. De acordo com Sara Faraci, fiscal da Vigilância Sanitária, fora os requisitos listados, a avaliação é subjetiva. "Observamos se a academia tem condições de funcionar".

O estabelecimento que estiver fora dos padrões exigidos por lei e verificados pela Vigilância recebe um auto de infração, devendo fazer as devidas alterações entre três e cinco dias. Caso não sejam feitas as mudanças, a academia recebe uma multa de R\$150 a R\$2.500. A última conseqüência é a interdição da academia. No ano passado, a Vigilância fez a vistoria de 76 academias em Florianópolis para expedição ou renovação de alvará.

Análise aponta condições adversas em estabelecimentos no entorno da UFSC

A reportagem do ZERO visitou sete academias localizadas nos arredores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Cerca de 5,2 mil pessoas frequentam esses locais durante a primavera.

A manutenção constante dos equipamentos, crucial na prevenção de acidentes, foi um dos pontos avaliados. Verificou-se que as academias analisadas apresentam uma disparidade significativa nesse quesito. Em uma delas, os próprios funcionários trocam os cabos de aço dos aparelhos a cada cinco meses e, quando preciso, fazem algum conserto; em outra, a manutenção é realizada de duas a três vezes por mês; e numa terceira, o serviço é feito por uma empresa especializada, diariamente.

Não há noção clara do que é um

responsável técnico e um termo de responsabilidade em cinco dos lugares pesquisados. Em uma academia, por exemplo, a engenheira química, que faz a vistoria da piscina duas vezes ao mês, foi denominada responsável técnica pela recepcionista. Já nos outros dois lugares, o profissional estava presente no momento da visita e havia certificado de responsabilidade.

Duas, das sete academias, só permitem a prática das atividades sob a apresentação de atestado médico, com prazo de entrega de até 30 dias após a matrícula. As outras cinco requisitam o atestado, mas, mesmo que o associado não apresente, liberam a utilização de equipamentos e a participação nas aulas. "A gente solicita o atestado, mas posso falar

que 99% não entregam. Então, o que fazemos é pedir para o aluno assinar um termo de responsabilidade", declara Cláudio Schuster, da academia Gymex, do bairro Trindade. Ari Moré, médico responsável pelo setor de ortopedia do Hospital Universitário da UFSC (HU/UFSC), diz que a apresentação do atestado médico não é garantia de segurança contra problemas de saúde. "A pessoa interessada pode conseguir um atestado com um ortopedista, por exemplo, mas deveria fazer ainda exame cardiológico. O atestado costuma ser uma forma de as academias se eximirem da responsabilidade pelo aluno", explica. O médico diz que o cuidado ideal é o convênio com um serviço de saúde. Dos sete estabelecimentos, somente um oferece a assistência. (J.C.)



O promissor mercado de consertos

A especulação do mercado mundial é sobre como os caquinhos do edifício da economia, que acaba de desabar, atingirão cada um dos lugares do mundo. **ZERO** aposta numa virada positiva para Marcelo Valente.

O técnico abre a Semp Toshiba tentando achar evidências do que pode ter causado o estrago que atrapalhou a transmissão do jogo do Figueira, direto do Maracanã. Todos os dias, das 9h às 18h, parando pro almoço, ele é detetive.

Um dom. Desde pequeno já manjava do funcionamento dos parafusos. Depois fez escola técnica, cursos, e abriu, há 17 anos, a loja que funciona até hoje na Mauro Ramos.

Na oficina, viu o movimento reduzir em 70%. Os principais vilões foram as Casas Bahia, o Magazine Luiza, o Koerich. Com a facilidade de crédito, as lojões vendem aparelhos novos em prestações a preço de coxinha, estendíveis até o infinito.

Estava tão fácil comprar que desaprendemos a consertar as latas, como faziam nossos avós. Os eletrodomésticos viraram caixas pretas: incompreensíveis, servem à medida que cumprem sua função no apertado de um botão.

Como é muito mais fácil comprar um novo, as fábricas estipulam uma durabilidade menor (perguntem às avós, meus meninos, não se fazem mais Frigidares). Se por um lado essa obsessão pela nova tecnologia estimula a indústria, por outro lado o salário do trabalhador se viu desestimulado. Mas quem disse que não dá? Apelou-se para o empréstimo; mas agora, até esse dinheiro virtual acabou.

Não está mais tão fácil conseguir crédito para comprar a prazo. Serão necessárias mais provas de que a dívida será quitada. Os cartões de crédito também não darão tanta canja. Nos Estados Unidos, muitos já foram cancelados e os inadimplentes, acosados.

Do Planalto, tentava-se injetar doses de Prozac no mercado descompensado, para ver se ele ficava calmo. Tudo em vão. Já foi aprovada a medida que libera o governo para socorrer os bancos, estatizando-os.

Isso aconteceu na esteira dos grandes. Primeiro, o pacote de 700 bilhões dos EUA; depois, a Inglaterra injetaria o equivalente a 2/3 do PIB brasileiro na estatização parcial dos seus bancos. O mercado neo-liberal levou um tapinha da mão invisível. E quem disse que um tapinha não dói?

Mesmo assim, as bolsas não dão mais do que um leve sinal de recuperação. As fábricas prevêem cortes nos gastos, antecipação de férias, e querem socorro do governo. Mas e nós, quem poderá nos defender?

A saída para o cara comum é rezar a oração do florianopolitano em tempo de crise: quitai vossas dívidas/ esqueceis a *Full HD High Definition* /contentai-vos com a Sessão da Tarde na Semp reformada pelo Marcelo/Amém.

Reportagem: Felipe Santana
Ensaio fotográfico: Laura Daudén



Muitos donos nunca voltam para buscar seus aparelhos que, algumas vezes, tomam horas de trabalho de Marcelo Valente. Entre fios, televisões e tomadas, ele brinca: "quem faz um bom trabalho não consegue manter tudo organizado"